



Processo nº 001/2004

Interessado: Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco

Assunto: Conflito de Uso das Águas da Bacia do Rio São Francisco

PARECER CTIL/CBHSF-001/2005

Conflito de Uso das Águas da Bacia do Rio São Francisco. Competência do CBHSF prevista no artigo 38, II, da Lei Federal nº 9.433/97 e Artigo 5º, II, do Regimento Interno. Ausência de Norma Legal que Regule o Processo Administrativo no âmbito do CBHSF. Aplicação da Lei Federal nº 9.784/99. Necessidade de Regularização Formal do Processo Com a instalação do Contraditório e da Ampla Defesa. Artigo 5º, LV, CF-88.

I – Relatório

Cuida-se de Processo Administrativo instaurado pelo CBHSF, por meio da Deliberação CBHSF nº 19, de 27/10/04, para análise do Conflito de Uso das Águas da Bacia do Rio Francisco, suscitado pelo Fórum de Defesa Permanente do Rio São Francisco.

Alega o suscitante que o Governo Federal vem tomando medidas visando a implementação do Projeto de Transposição do Rio São Francisco para o semi-árido nordestino, o qual vai de encontro a Deliberação tomada pela Conferência Nacional de Meio Ambiente, que decidiu **“pela proibição da transposição dos Rios São Francisco e Tocantins, em quaisquer instâncias, independente dos resultados dos estudos de viabilidade técnica, e pela elaboração de projeto de recuperação das áreas degradadas nas cabeceiras do Rio São Francisco por meio de plantio de espécies nativas.”** (Parte I – Deliberações de Recursos Hídricos)

Argumenta que em virtude de tal deliberação, formou-se o conflito no uso das águas da bacia do São Francisco, porque, de um lado, o Governo Federal pretende alocar recursos hídricos da bacia hidrográfica para o



semi-árido nordestino não banhado pelo Velho Chico, e, do outro, a sociedade civil que tem como prioridade a recuperação dos recursos naturais da bacia, visando prevenir danos ambientais, bem como garantir os múltiplos usos das águas dentro da própria bacia.

Diz, ainda, que o problema comporta análise de natureza político-ambiental, invoca em socorro a sua tese os princípios da Precaução e da Participação Popular, insiste na soberania da deliberação da Conferência Nacional de Meio Ambiente, requerendo, ao final, que o CBHSF conheça do conflito para declarar a impossibilidade de implementação do Projeto de Transposição, em face da deliberação tomada pela CNMA.

Requeru, por fim, a notificação dos Ministros de Estado da Integração Nacional e do Meio Ambiente, Ciro Gomes e Marina Silva, respectivamente.

Em aditamento a inicial, contesta o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) encaminhado pelo Ministério da Integração Nacional ao IBAMA, relativo às obras de transposição, no que pertine aos dados de vazão disponível e outorgada, bem como a captação prevista em tal estudo.

Dos documentos anexados, destaque-se o relatório conjunto da CTPLANO e CTOC, de 10/07/05, que, com base em pronunciamento do Dr. César Raimundo da Cunha, Procurador de Estado (MG) e membro da CTIL, visando a regularização formal do processo, recomendou: a) que ao processo em questão fosse aplicado, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 9.784/99; b) que fosse notificado o autor da representação para regularizar a sua representação processual.

Em reunião realizada em 17/06/05, o CBHSF, entre outras, deliberou sobre a criação da CTIL e o encaminhamento a esta comissão do processo em tela para processamento, análise e pronunciamento.

Por ocasião da reunião de instalação da CTIL em 29/09/05, fui designado relator deste processo. Entretanto, registro que não recebi cópia integral dos autos.

É o relatório. Passo a examinar.

II – Mérito

Preliminarmente, este relator restringirá sua análise apenas aos aspectos formais do processo administrativo, considerando os seguintes fatos: a) instalação da CTIL apenas em 29/09/05; b) a deliberação do CBHSF



no sentido de que este processo tivesse a sua tramitação no âmbito da CTIL.
c) inexistência de contraditório nos presentes autos.

Formalizada a representação suscitando conflito de uso de recursos hídricos junto ao CBHSF, este instaurou o processo administrativo, conforme Deliberação CBHSF nº 19, de 27/10/04.

A competência do CBHSF para o processamento foi devidamente prevista no artigo 38, II, da Lei Federal nº 9.433/97 e artigo 5º, II, do Regimento Interno do Comitê.

Ante a ausência de norma legal disciplinando o processo administrativo no âmbito do CBHSF, este, acolhendo orientação jurídica do Dr. César Raimundo da Cunha, Procurador do Estado de Minas Gerais e membro da CTIL, determinou que fosse aplicada aos presentes autos a Lei Federal nº 9.784/99, que Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Estabelece a Lei nº 9.784/99, no artigo 2º, que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de atuação conforme a lei e o direito, contexto em que estão inseridos os princípios do contraditório e ampla defesa, inerentes a todos os tipos de processos.

Como primeira medida saneadora, foi a entidade representante notificada para o fim de regularizar a sua representação processual, tendo apresentado os documentos hábeis para tanto. Entretanto, constata-se que faltou a instauração do contraditório, tendo em vista a ausência de notificação dos Ministérios da Integração Nacional e Meio Ambiente para responderem aos termos da representação, a despeito de haver requerimento expresso nesse sentido.

Desse modo, não pode o processo seguir seu trâmite sem que os órgãos federais citados integrem a relação processual, sob pena de nulidade dos atos que se seguirão.

Por outro lado, não se pode negar que a questão ora em debate - Conflito de Uso de Recursos Hídricos em face da Transposição do Rio São Francisco - é tema de interesse geral, de grande repercussão nacional, que vai além dos interesses e dos direitos das partes que integram a presente relação processual.

Assim, sendo a matéria de tamanha magnitude, impõe-se que a instrução processual seja ampla, com a realização de consultas e

audiências públicas, para a oitiva de opiniões técnicas especializadas de terceiros, bem como com a emissão de pareceres pelas CTPLANO e CTOC, visando dotar a CTIL e o CBHSF de elementos imprescindíveis à apreciação do direito perseguido no procedimento administrativo em curso.

Nesse sentido, o artigo 31 da Lei nº 9.784/99, que diz:

"Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada."

Desse modo, a adoção de tais medidas não só saneará como possibilitará um trâmite mais ágil do processo, inclusive a definição de um cronograma de atividades objetivo.

III - Conclusão

Ante o exposto, opinamos pelo prosseguimento do feito com a adoção das seguintes medidas:

a) notificação dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, na pessoa de seus respectivos ministros, para responderem aos termos da presente representação;

b) emissão de pareceres técnicos por parte das Câmaras Técnicas de Plano, Programa e Projetos e de Outorga e Cobrança;

c) elaboração de cronograma definindo as datas das consultas e audiências públicas que serão realizadas, bem como das atividades da CTIL em relação ao processo.

É o parecer, s.m.j.

À consideração dos Senhores Membros da CTIL.

Salvador (BA), 02 de dezembro de 2005.


Luiz Roberto Porto Farias
Membro Relator

ATA 1º REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNIOCA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL

1
2
3 Aos 29 dias do mês de setembro de 2005, na sede da Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio
4 São Francisco – CBHSF, encontraram-se reunidos membros titulares e suplentes da Câmara Técnica Institucional e
5 Legal – CTIL do CBHSF. Constaram da pauta os seguintes assuntos: Posse dos novos membros pelo presidente do
6 CBHSF – Jorge Khoury; Eleição do coordenador e do secretário; Relato das ações envolvendo os aspectos
7 institucionais e legais; Definição do Plano de Trabalho do período 2005-2007; Definição da agenda de atividades e,
8 O que ocorrer. Justificaram suas ausências os Srs Athadeu Ferreira da Silva e Sebastião Marques, representantes
9 da CODEVASF e CODEBA, respectivamente. Anivaldo Miranda iniciou a reunião solicitando a todos que se
10 identificassem; fez breve relato sobre a estrutura da direção do CBHSF, bem como sobre a composição da Plenária
11 do CBHSF; falou sobre a legislação de recursos hídricos nacional, enfocando a questão do exercício da participação
12 no Comitê; esclareceu o papel dos comitês de bacia na gestão dos recursos hídricos e decorreu brevemente sobre o
13 conflito instalado com o governo federal por conta do projeto de transposição. Passou a palavra a Yvonilde
14 Medeiros, que fez um breve relato sobre as ações do CBHSF; sugeriu, e todos concordaram, com a eleição do
15 coordenador e do secretário no turno da tarde; falou do processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da
16 Bacia e da importância dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara Técnica de Planos Programas e Projetos;
17 informou que foi aprovada a deliberação que dispõe sobre alocação de água para uso externo à bacia, como
18 exemplo de norma emitida pelo Plenário do Comitê; falou sobre a competência da CTIL, lendo o artigo referente à
19 Câmara no Regimento Interno; falou do critério utilizado para a definição da composição da CTIL e da periodicidade
20 de reuniões das CT'S e das Reuniões Plenárias do CBHSF; informou a demanda da CT: 1) natureza jurídica da
21 Agência de Bacia; 2) processo de conflito de uso suscitado pelo Fórum de Defesa do Rio São Francisco; 3)
22 solicitação de ampliação de vagas dos indígenas, 4) emissão do Certificado de Sustentabilidade Hídrica - CERTOH
23 e da outorga de água, emitida a favor do projeto de transposição, e 5) revisão das deliberações e do Regimento
24 Interno do Comitê; falou da Câmara Técnica de Articulação Institucional, sua competências e os trabalhos que serão
25 desenvolvidos pelas CTPPP e pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança. Passou a palavra a Sandra Ferraz,
26 representante do Governo do Estado de Pernambuco, que solicitou maiores esclarecimentos sobre as demandas da
27 agência para a CTIL. Yvonilde Medeiros respondeu que cada CT analisará um aspecto da agência, ficando a cargo
28 da CTIL a análise do modelo jurídico de Agência de Bacia a ser criada. Passou a palavra a Jane Tereza,
29 representante da sociedade civil na CTIL, que propôs a divisão dos trabalhos em grupo. Cezar Raimundo,
30 representante do Governo do Estado de Minas Gerais, considerou que a questão da agência poderia ser analisada
31 pela CTIL após a análise da matéria pelas outras CT'S. Jane Tereza indicou como demanda imediata as questões
32 da outorga da transposição emitida pela Agência Nacional de Águas – ANA, o processo administrativo de conflito de
33 uso e a solicitação de aumento de vagas para a comunidade indígena na composição do CBHSF. Yvonilde
34 Medeiros passou a palavra a Luciana Khoury, promotora do Ministério Público do Estado da Bahia – MP/BA que
35 falou da importância da CT e do trabalho de interpretação da legislação ambiental e de recursos hídricos, bem como
36 sobre o Programa de Revitalização do Rio São Francisco; falou do processo de conflito de uso e os aspectos legais
37 que o engloba, inclusive a oitiva dos interessados – Ministério da Integração e Ministério do Meio Ambiente,
38 documentação do processo - vista à parte interessada, atendendo aos princípios básicos do devido processo legal e
39 da ampla defesa; falou das ações judiciais de iniciativa de estados da bacia (MG, BA e SE); ressaltou a importância
40 do papel do MP na fiscalização do cumprimento da lei; ressaltou a necessidade de respeito ao princípio da
41 precaução, norteador do direito ambiental, e demais princípios básicos do direito; falou da emissão do Certificado de
42 Sustentabilidade Hídrica – CERTOH, da outorga da água, emitidos em favor do projeto de transposição e da falta de
43 manifestação de suas prioridades dos Comitês das bacias receptoras; disse que o Plano da Bacia fazia definição
44 contrária ao pregado pelo Ministério da Integração, uma vez que o CBHSF decidiu pela possibilidade de alocação de
45 água para uso externo à bacia, desde que comprovada a necessidade; falou que a escassez não foi comprovada
46 durante o processo de discussão do projeto de transposição e que o Sistema Nacional de Gerenciamento de
47 Recursos Hídricos corria risco com a interpretação que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH deu na
48 análise do projeto. Yvonilde Medeiros fez referência à resposta da 3ª Diligência da ANA na emissão do CERTOH,
49 que abordou a imigração ao longo do canal da população habitante na região. Passou a palavra a Luciana Khoury
50 que finalizou sua participação fazendo referência a necessidade de atendimento a lei, principalmente ao Plano de
51 Recursos Hídricos da Bacia, que é a legislação específica da Bacia. Cezar solicitou uma síntese das informações
52 levantadas durante a elaboração das ações judiciais. Yvonilde sugeriu a criação de um banco de dados dessas
53 informações e a criação de um GT para desenvolver esse trabalho. Cezar sugeriu que se definissem as suplências
54 vagas na CTIL. Yvonilde passou para a eleição do coordenador e do secretário. Ficou acordado que Yvonilde e
55 Larissa, representante do Governo do Estado da Bahia, assumiriam a coordenação e secretaria, respectivamente,
56 por um período de dois meses. PAUSA PARA ALMOÇO. Yvonilde reiniciou a reunião sugerindo que se definisse o
57 Plano de Trabalho da CTIL. Aelton Marques, representante dos usuários do Estado de Minas Gerais, considerou
58 pouco proveitosa a sub divisão da CT em grupos. Cezar sugeriu que para todas as matérias fosse escolhido um
59 relator. Luiz Roberto, representante do Governo do Estado de Alagoas, sugeriu que fosse definida a forma de
60 funcionamento da Câmara. Yvonilde falou que seria interessante trabalhar em grupo para dar celeridade às
61 demandas existentes. Larissa sugeriu que as normas de funcionamento fossem definidas exclusivamente para

100

ATA DO COMITADO EXECUTIVO DA FUNDACAO DE ESTUDOS E PESQUISAS

1. O Presidente do Conselho de Administração, Sr. ...

2. O Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sr. ...

3. O Diretor Geral, Sr. ...

4. O Diretor Administrativo, Sr. ...

5. O Diretor Financeiro, Sr. ...

6. O Diretor de Recursos Humanos, Sr. ...

7. O Diretor de Marketing, Sr. ...

8. O Diretor de Operações, Sr. ...

9. O Diretor de Tecnologia da Informação, Sr. ...

10. O Diretor de Meio Ambiente, Sr. ...

11. O Diretor de Segurança, Sr. ...

12. O Diretor de Qualidade, Sr. ...

13. O Diretor de Inovação, Sr. ...

14. O Diretor de Relações Institucionais, Sr. ...

15. O Diretor de Comunicação, Sr. ...

16. O Diretor de Assessoria Jurídica, Sr. ...

17. O Diretor de Assessoria Fiscal, Sr. ...

18. O Diretor de Assessoria de Planejamento, Sr. ...

19. O Diretor de Assessoria de Gestão, Sr. ...

20. O Diretor de Assessoria de Avaliação de Impacto, Sr. ...

21. O Diretor de Assessoria de Sustentabilidade, Sr. ...

22. O Diretor de Assessoria de Governança, Sr. ...

23. O Diretor de Assessoria de Ética, Sr. ...

24. O Diretor de Assessoria de Compliance, Sr. ...

25. O Diretor de Assessoria de Risco, Sr. ...

26. O Diretor de Assessoria de Resiliência, Sr. ...

27. O Diretor de Assessoria de Continuidade de Negócios, Sr. ...

28. O Diretor de Assessoria de Segurança da Informação, Sr. ...

29. O Diretor de Assessoria de Proteção de Dados, Sr. ...

30. O Diretor de Assessoria de Privacidade, Sr. ...

31. O Diretor de Assessoria de Liberdade de Acesso à Informação, Sr. ...

32. O Diretor de Assessoria de Transparência, Sr. ...

33. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

34. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

35. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

36. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

37. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

38. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

39. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

40. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

41. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

42. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

43. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

44. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

45. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

46. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

47. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

48. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

49. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

50. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

51. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

52. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

53. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

54. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

55. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

56. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

57. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

58. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

59. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

60. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

61. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

62. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

63. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

64. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

65. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

66. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

67. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

68. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

69. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

70. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

71. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

72. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

73. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

74. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

75. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

76. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

77. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

78. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

79. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

80. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

81. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

82. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

83. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

84. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

85. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

86. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

87. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

88. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

89. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

90. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

91. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

92. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

93. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

94. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

95. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

96. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

97. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

98. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Econômica, Sr. ...

99. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Social, Sr. ...

100. O Diretor de Assessoria de Responsabilidade Ambiental, Sr. ...

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

62 funcionamento da CTIL. Sandra sugeriu que a CTIL tomasse como base as normas de funcionamento da
63 CTIL/CNRH, fazendo breve relato sobre as mesmas. Cezar sugeriu e ratificou sua vontade de designar relatores
64 para as matérias. Yvonilde sugeriu que Larissa, encaminhasse proposta de norma de funcionamento da CTIL até o
65 dia 03/10, com prazo para apresentação de contribuições até 06/10. Luiz Roberto sugeriu que a CTIL definisse
66 normas para análise de processos administrativos abertos no âmbito do CBHSF. Cezar sugeriu que essa definição
67 se desse quando da alteração do Regimento Interno. César solicitou que as demandas encaminhadas à CTIL
68 fossem despachadas pela diretoria. Luiz Roberto sugeriu que as reuniões fossem mensais. Antonio sugeriu que as
69 reuniões fossem bimensais. Luiz Roberto sugeriu reuniões mensais até o final do ano, se possível, em função do
70 orçamento do CBHSF e, posteriormente a realização de reuniões bimensais. Todos acordaram que as reuniões da
71 CTIL se dariam bimensalmente, sendo mensais, se houver possibilidade, até o final do ano. A coordenadora propôs
72 os seguintes encaminhamentos, aceitos por todos os membros presentes: 1) Larissa, secretária da CTIL,
73 encaminhará proposta de deliberação disciplinando o funcionamento da CTIL até dia 03/10, com prazo para
74 apresentação de contribuições até 06/10; 2) Jane Tereza apresentará minuta de parecer com manifestação sobre o
75 pedido de ampliação das vagas da comunidade indígena; 3) A discussão sobre o modelo jurídico a ser utilizado na
76 criação da Agência de Bacia fica para após a análise das outras CT's. 4) Cezar sugeriu que nas revisões das
77 deliberações do CBHSF e do Regimento Interno fossem consultadas as outras CT's e o Plenário, o que foi aceito
78 por todos; disse que a questão da outorga emitida para o projeto de transposição deve ser analisada no âmbito do
79 conflito; fez breve relato sobre o processo de conflito de uso suscitado pelo Fórum Permanente de Defesa do São
80 Francisco, para que se deliberasse sobre a questão da outorga emitida pela ANA para o projeto de transposição;
81 sugeriu que fosse dada publicidade aos atos do CBHSF, para que os atores possam participar dos processos de
82 discussão. Cezar sugeriu que se intimem os interessados do processo de conflito, atendendo ao princípio do
83 contraditório, ampla defesa e devido processo legal. 5) Yvonilde sugeriu Luiz Roberto para relator do processo de
84 conflito, o que foi aceito pelo mesmo. Os membros solicitaram o envio de cópia de processo aos mesmos. Jane fez
85 breve relato sobre a aprovação da Nota Técnica da ANA pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Larissa
86 sugeriu que a CTIL utilizasse o parecer das outras CT's para subsidiar a tomada de decisão dessa Câmara Técnica
87 no que diz respeito ao processo, o que foi aceito por todos. Luiz Roberto solicitou a análise de uma forma de receber
88 recursos através do Comitê. Yvonilde esclareceu que o Comitê só poderá receber recursos após implantação da
89 Agência de Bacia. Às 18:00 a reunião foi encerrada.

90 Salvador, 29 de setembro de 2005.

91 Presentes:

92 Membros:

93 César Raimundo da Cunha – PP / MG

94 Aelton Marques – Usuário / MG

95 Larissa Cayres – PP / BA

96 Carla Mariane – PP / BA

97 Yvonilde Medeiros – SC / BA

98 Sandra Ferraz – PP / PE

100 Aline Barros – PP / SE

101 Jane Tereza – SC / SE

102 Luiz Roberto – PP / AL

103 Wellinton Rocha – Poder Público Federal

104 Convidados:

105 Antonio Carlos Pontes de Carvalho

106 Patrícia Maia e Silva

107 Ana Cristina Mascarenhas

108 Renilda Gomres de Souza

ATA 2º REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL

1 Aos 02 dias do mês de dezembro de 2005, na sede da Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio
2 São Francisco – CBHSF, encontraram-se reunidos membros titulares e suplentes da Câmara Técnica Institucional e
3 Legal – CTIL do CBHSF. Constaram da pauta os seguintes assuntos: 1) Discussão e aprovação da Ata da I Reunião
4 Ordinária; 2) Análise, discussão e encaminhamento sobre solicitação da representação indígena de ampliação de
5 vaga da representação na composição do CBHSF; 3) Análise, discussão e encaminhamento sobre o processo de
6 conflito de uso, suscitado pelo Fórum de Defesa do Rio São Francisco; 4) Informes Gerais; 5) O que ocorrer.
7 Yvonilde Medeiros iniciou a reunião dando boas vindas a todos e, invertendo a pauta, passou para os informes
8 gerais. Apresentou a programação da VIII Reunião Plenária e falou da importância das decisões que seriam
9 tomadas naquela oportunidade para o sucesso da Reunião Plenária do CBHSF; informou que o CBHSF enfrenta
10 problemas de ordem administrativa no repasse de recursos e que será criada a Unidade Administrativa Regional da
11 Agência Nacional de Águas – ANA, na Bahia, para facilitar a contratação e estabilidade de pessoal; falou da
12 importância da criação da Agência de Bacia do CBHSF e do Pacto das Águas; comunicou a intenção da Diretoria do
13 CBHSF em discutir a questão da Agência e encaminhar o assunto com a maior brevidade; falou da importância de
14 uma maior articulação do CBHSF com Comitês de bacias afluentes e como será abordada a questão no Plenário;
15 informou que haverá uma apresentação sobre o Programa de Comunicação do CBHSF e o quanto esse tema era
16 relevante para a bacia. Patrícia questionou como seria tratado o cadastramento de usuários durante a VIII Plenária.
17 Yvonilde respondeu que a discussão ocorreria durante o segundo dia de reunião. Athadeu sugeriu que a Secretaria
18 Executiva convidasse representantes da EBDA e EMATER para participar da Reunião Plenária. Yvonilde falou do
19 prazo para envio de matérias para deliberação do Plenário definido no Estatuto; informou que o processo de conflito
20 de uso não consta da Pauta da Reunião Plenária de Recife. Jane Tereza considerou que o processo não se
21 encontrava devidamente instruído e por isso não deveria ir para deliberação dos membros do CBHSF. Cezar
22 sugeriu que nas próximas convocações constassem as deliberações específicas que serão analisadas pelos
23 membros. Após os informes gerais, passou para a análise da minuta da ata da última reunião da Câmara Técnica. A
24 ata foi aprovada por unanimidade. Yvonilde passou a palavra para Jane Tereza, representante da sociedade civil do
25 estado de Sergipe, para que a mesma apresentasse o parecer sobre a Nota que suscitava o acréscimo de duas
26 vagas para a representação indígena na composição do CBHSF. Iniciou seu relato informando que a ampliação das
27 vagas na composição do CBHSF dependia de alteração no Regimento Interno do Comitê, citando o art. 6º, VI, a, do
28 mesmo, impossibilitando, com isso, a decisão da Plenária em Recife. Esclareceu que o parecer é jurídico e se ateu
29 a análise dos aspectos legais, cabendo a decisão política à Plenária e a Diretoria do CBHSF. Leu o art. 39 da Lei nº
30 9.433, que faz referência à composição de comitês. Considerou que o Regimento Interno do CBHSF contraria a
31 9.433, no que se refere a definição da composição. Citou o fundamento da Lei das Águas que estabeleceu que a
32 gestão das águas deve ser descentralizada e participativa. Considerou que a Lei fez referência a “representantes”
33 de povos indígenas. Citou o art. 20 da CF que define como bens da União as terras indígenas e disciplina seus
34 usos; falou da questão do aproveitamento hídrico previsto na CF e considerou que os indígenas não estão
35 numericamente bem representados no CBHSF. Cezar e Aelton consideraram que a análise do pedido de ampliação
36 das vagas nada tem a ver com polêmica da transposição. Jane Tereza leu o parecer, justificando seus
37 posicionamentos, conforme anexo I desta ata. Aelton não concordou com a interpretação dada por Jane sobre a lei
38 fazer referência a “representantes” de povos indígenas. Cezar questionou se há necessidade de representação de
39 quilombolas pela análise da lei. Jane considerou que não e que cada segmento da sociedade deve pleitear a
40 ampliação ou abertura de vagas. Yvonilde esclareceu que há a necessidade da definição política por parte da
41 Diretoria Colegiada sobre a matéria e falou que a questão dos quilombolas já fora abordado em outras ocasiões.
42 Athadeu considerou que a questão quilombola deve ser tratada juntamente com a questão indígena, entendendo o
43 pleito como legítimo. Jane Tereza disse que mesmo não sendo legítima a demanda quilombola, ela deve ser
44 prevista. Cezar questionou se ampliação requerida é possível ou necessária, considerando somente possível, não
45 obrigatória. Patrícia ponderou que se fosse necessária a ampliação, valeria também para os representantes da
46 FUNAI. Athadeu considerou possível, porém não necessária a ampliação, falando que a representação indígena
47 precisa ter qualidade de força. Larissa Cayres falou que não deveria vincular a discussão da ampliação com a
48 transposição. Yvonilde sugeriu, como encaminhamento, que Cezar elaborasse um breve relatório sobre as
49 discussões e consensos sobre a questão da ampliação das vagas indígenas e abertura de vaga para representante
50 quilombola, o que foi aceito por todos. Pausa para almoço. Dando continuidade às discussões da manhã, Yvonilde
51 questionou sobre qual seria o encaminhamento a ser dado para o parecer sobre o processo de conflito de uso
52 suscitado pelo Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco. Cezar sugeriu que, se aprovado, o parecer
53 fosse encaminhado à Presidência do CBHSF e que a matéria fosse informada durante a VIII Plenária. Athadeu
54 solicitou esclarecimentos sobre a origem do processo, o que foi feito pelo Cezar. Cezar sugeriu a autuação de todos
55 os documentos pensados no processo, bem como a inclusão de novos atores como: a ANA, IBAMA, grandes
56 usuários, estados da bacia, a serem intimados a defender seus interesses; que seja publicado edital informando que
57 o processo foi aberto e viabilizando a defesa de diversos interesses. Larissa citou os argumentos utilizados pelo
58 Governo Federal para desqualificar o processo de conflito de uso. Yvonilde solicitou que fossem providenciados os
59 carimbos de juntada, em branco e numeração de páginas, conforme sugerido pelo Cezar. Cezar sugeriu que o
60 CBHSF contratasse uma assessoria jurídica para o acompanhamento diário do processo e que responderá pelos
61

expedientes dessa natureza; esclareceu que as questões administrativas não devem ser tratadas pela CTIL e sugeriu que a CT tenha um banco de dados com todas as ações do CBHSF. Às 17:00 a reunião foi encerrada.



- 65 Salvador, 02 de dezembro de 2005.
- 66 Presentes:
- 67 Membros:
- 68 César Raimundo da Cunha - PP / MG
- 69 Aelton Marques - Usuário / MG
- 70 Larissa Cayres - PP / BA
- 71 Carla Mariane - PP / BA
- 72 Yvonilde Medeiros - SC / BA
- 73 Jane Tereza - SC / SE
- 74 Athadeu Ferreira da Silva - CODEVASF
- 75 Patrícia Maia e Silva - CHESF

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos, no Auditório do Edifício Millenium Empresarial, Avenida Magalhães Neto, reuniu-se a Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), em sua terceira reunião ordinária, para tratar dos seguintes assuntos: 1- Aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária da CTIL; 2- Análise dos encaminhamentos da VIII Plenária sobre solicitação da representação indígena de ampliação de vaga da representação na composição do CBHSF; 3- Discussão e encaminhamento do processo de conflito sobre o uso de recursos hídricos; 4- Programação e cronograma de atividades da CTIL para o ano de 2006; 5- Informes Gerais; 6- O que ocorrer. Inicialmente, Yvonilde Medeiros abriu a reunião e perguntou se os presentes gostariam de incluir algum ponto na pauta. Nisso, Larissa Cayres apresenta as demandas relativas ao Regimento Interno das Câmaras Consultivas Regionais, a alteração do Regimento Interno do Comitê e a inclusão do segmento de saneamento básico, que foram incorporadas à pauta por consenso entre os presentes. Logo, em seguida, passou-se ao primeiro ponto de pauta que após as intervenções de Douglas relativa à correção do título da ata e de César relativa à grafia de seu nome, decidiu-se pela sua aprovação com as devidas retificações. Findo este ponto, passou-se ao segundo ponto. Larissa, então, leu os encaminhamentos dados pela Plenária do CBHSF durante a VIII Reunião Plenária para todos os presentes, logo, iniciando a discussão com a exposição de Larissa em prol do estudo da viabilidade do ingresso do segmento de saneamento básico no CBHSF e de Douglas que se apoiando em discussão feita anteriormente na CTOC sustentou ser utópico querer que os Estados e Municípios disponibilizem recursos financeiros seus oriundos do setor hidrelétrico, pois eles já serviriam para manter todo o sistema. Yvonilde pontua sobre a carência financeira por que passa o Comitê e concorda quanto a dificuldade desse repasse. Yvonilde relata a experiência da reunião anterior ocorrida com outras Câmaras Técnicas e sugere a metodologia de grupos de trabalho, aceita consensualmente. Em seguida, Yvonilde solicita que César apresente seu parecer, conforme atribuição determinada em reuniões anteriores, o que ele fez, disponibilizando uma cópia para cada presente e fazendo um comentário geral sobre o mesmo no qual conclui que a atual representação indígena está plenamente de acordo com a Lei 9.433/97, contudo, se o Comitê entender como conveniente ampliar essa representação, também não haveria nenhum impedimento legal para tanto. Em seguida, passa-se ao ponto três, e Yvonildes comenta sobre a ausência do relator do processo do conflito sobre uso, Luiz Roberto, nesta reunião, e questiona se alguém gostaria de fazer qualquer consideração sobre o citado processo administrativo. Larissa então informa os trabalhos que o Comitê já vem desempenhando, como fazer a autuação do processo, adquirir carimbos para a numeração de páginas e a disponibilização dos trâmites processuais na internet. César também comenta que o

22

Comissão de Trabalho Hidráulico

Relatório sobre o Trabalho Realizado em 1967

1. DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO TÉCNICA INTER-SECRETARIA DE 1967

Em 1967, a Comissão de Trabalho Hidráulico realizou sua primeira reunião ordinária em 15 de maio, com a presença de todos os membros. O objetivo principal desta reunião foi a discussão e a aprovação do plano de trabalho para o ano de 1967. Foi decidido que a Comissão se reuniria mensalmente, exceto nos meses de férias. Além disso, foram estabelecidas as prioridades das atividades a serem realizadas durante o ano, com ênfase na elaboração de projetos de obras de saneamento básico e na realização de estudos técnicos necessários para a execução dessas obras. Também foi discutido o trabalho a ser desenvolvido em conjunto com outras comissões e órgãos da administração pública, visando a integração das ações e a otimização dos recursos disponíveis.

Em 22 de maio, realizou-se a segunda reunião ordinária, na qual foram discutidos os relatórios de trabalho apresentados pelos membros durante o período compreendido entre as reuniões anteriores. Foi observado que todos os membros estavam cumprindo diligentemente suas atribuições, e foram aprovados os relatórios apresentados. Além disso, foram discutidas algumas questões técnicas relacionadas aos projetos em andamento, e foram tomadas as devidas providências para a sua continuidade. A Comissão também decidiu convocar uma reunião extraordinária em 29 de maio para discutir o trabalho a ser desenvolvido em conjunto com a Comissão de Trabalho de Saneamento Básico, visando a integração das ações e a otimização dos recursos disponíveis.



relator já apresentou um parecer que somente estava aguardando algumas correções a serem feitas por Luiz Roberto de questões propostas pelo próprio César para que se tomassem os encaminhamentos necessários. Assim, visando buscar uma solução mais célere para o processo, os membros da Câmara Técnica, consensualmente, resolvem encaminhar o processo conjuntamente com o parecer de Luiz Roberto para a Diretoria do Comitê avaliar e decidir dentro de suas atribuições o que for necessário. Avançando para o ponto quatro, Yvonilde propõe a divisão de cinco pontos que deverão se desdobrar em grupos de trabalho, para a elaboração do cronograma de atividades do ano de 2006, sendo eles: a) processo de conflito de uso; b) representação indígena; c) revisão do Regimento Interno do CBHSF; d) elaboração do Regimento Interno das Câmaras Consultivas Regionais; e) Agência de águas. Após consulta feita por Yvonilde e Larissa aos membros presentes decidiu-se, consensualmente, que o primeiro continuou sendo relatado por Luiz Roberto até ser encaminhado à Diretoria, o segundo continuou sendo relatado por Jane Tereza, enquanto o terceiro ponto ficou com César. Já o quarto ponto, ficou a cargo de Larissa Cayres e o quinto ponto ficou com o grupo formado por Yvonilde, Wellington e Aline. Em seguida, os presentes se separaram e formularam o cronograma de suas atividades, sendo reunidos mais tarde com a proposta de cronograma e calendário já prontos e que depois de submetidos a avaliações por todos os presentes, decidiu-se, consensualmente, cada grupo compôs seu próprio cronograma de atividades com metas específicas a serem cumpridas em determinado prazo que variava desde aquele momento, ou seja, prazo imediato, até o prazo de cento e vinte dias. Após a exposição de cada cronograma, não havendo mais o que se discutir, deu-se por encerrada a reunião, que segue assinada por mim, Larissa Cayres, e pelos demais presentes.

Presentes:

Yvonilde Medeiros
César Raimundo da Cunha
Wellington Luiz da Rocha
Aline Barros de Moura
Douglas Falcão Wanderley
Larissa Cayres
Laura Jane Gomes
Sandra Ferraz de Sá

ATA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL

Aos 12 dias do mês de junho de 2006, às 15:00 h, na sede da Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, encontraram-se reunidos membros titulares e suplentes da Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL do CBHSF. Constataram da pauta os seguintes assuntos: 1. Readequação do Cronograma e Agenda de Trabalho; 2. Oficina da CTAI – “1ª Oficina de Articulação entre CBHSF e Comitês de Bacias Hidrográficas de rios afluentes para a Gestão Integrada na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”; 3. Plenárias do CBHSF: IX Plenária Extraordinária do CBHSF para Eleição e Posse da Diretoria Executiva e X Plenária Ordinária do CBHSF – Tema: Gestão Integrada: Sustentabilidade Econômica e Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Yvonilde Medeiros iniciou a reunião falando da necessidade de alteração do Cronograma e Agenda de Trabalho, o que estaria ligado às questões de pauta das IX Plenária Extraordinária do CBHSF e da X Plenária Ordinária do CBHSF; decidiu-se que haveria uma reunião da CTIL junto com a CTCT em 12 de julho, às 15:00h, no hotel onde serão realizadas as próximas Plenárias do CBHSF, em Aracaju - SE, para discussão da mudança da composição do CBHSF; Yvonilde suscitou as principais questões de mudanças do Regimento Interno do CBHSF, quais sejam: a mudança do tempo de mandato; a alteração do período de eleição da diretoria executiva e da diretoria colegiada, para que não coincida com o ano de eleição presidencial e governamental; a ausência de suplente do secretário executivo do Comitê; e as atribuições das câmaras consultivas, da diretoria colegiada e da diretoria executiva; Wellington Rocha ficou responsável pela relatoria do Regimento, em substituição a César da Cunha, que havia desligado-se da CTIL no último dia 09 de junho de 2006. Ficou decidido que os presentes fariam a leitura dos modelos dos Regimentos do CBHSF e das Câmaras Consultivas até o dia 21 de junho, sugerindo a Wellington alterações, acréscimos e/ ou subtrações por meio eletrônico; Wellington ficou encarregado de analisar a proposta do Regimento e enviá-la a todos até o prazo máximo de 10 de julho, antes das Reuniões Plenárias do CBHSF. Sobre o Seminário da CTAI, Yvonilde falou que estão sendo preparados alguns documentos, que serão entregues no dia 28 de junho, para acompanhamento do Seminário sobre Agência de Bacia Hidrográfica e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, que será realizado em Belo Horizonte – MG, nos dias 28 e 29 de junho. Decidiu-se que as reuniões da CTIL, após as Plenárias de julho, ocorrerão em 25 de agosto, 26 de setembro e antes da Reunião Plenária de novembro de 2006, na qual serão discutidos o novo Regimento do CBHSF e o modelo da Agência de Bacia Hidrográfica do CBHSF. Ficou estabelecido que a CTIL fará pesquisa sobre as Agências de Bacias Hidrográficas para apresentação na reunião da Câmara, em agosto, para preparação do modelo que será apresentado na Plenária de novembro; Yvonilde ressaltou a necessidade deste trabalho da CTIL ocorrer em articulação com a CTAI. A representante da Chesf colocou que seria importante que as Câmaras Técnicas tivessem conhecimento do que é pago pelo Setor Elétrico para a Bacia Hidrográfica do São Francisco pelo uso dos recursos hídricos e que a Chesf se disponibilizaria para realizar uma apresentação sobre o assunto nas próximas reuniões das CT's. Às 16:45 h a reunião foi encerrada. Eu, Carla Mariane de Oliveira Souza, lavro e assino esta Ata.

Salvador, 12 de junho de 2006.

Presentes:

Membros:

Aline Barros de Moura – PP Titular/ SRH - SE

Antônio Carlos Carvalho – Usuário Suplente/ CODEVASF - PE

Carla Mariane de Oliveira Souza – PP Suplente/ SEMARH - BA

Yvonilde Medeiros – SC Titular/ BA

Patrícia Maia e Silva – Usuário Suplente/ CHESF - PE

Wellinton Luiz da Rocha – Poder Público Federal Titular/ SRH - MMA

Secretaria Executiva do CBHSF

Prédio da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia – 7º

andar – Av. ACM, 357 – Bairro Itaipara - Salvador - Bahia –

CEP41.825-000 - Tel.Fax: 71- 33413554/33419370

riosaofrancisco@ufs.br e secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br



OFÍCIO Nº 027/2007 / SISEMA

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2007.

Senhor Presidente,

Com os nossos cumprimentos.

Em atenção ao MEMO n.º 031/2007/VDG, de 14 de novembro de 2007, da lavra do Sr. Geraldo José dos Santos, passo a tecer os seguintes comentários acerca do processo referente ao Conflito de Uso das Águas do Rio São Francisco.

Trata o presente processo de arguição de Conflito de Uso das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, suscitada pelo Fórum Permanente de Defesa da Bacia do São Francisco.

O objeto de análise por esta Procuradoria será tão somente quanto às medidas e procedimentos a serem adotados para a regular tramitação do processo.

Segundo a Deliberação CBHSF n.º 19, de 27 de outubro de 2004, em seu artigo 2.º, estabeleceu-se que a Diretoria Executiva do CBHSF deveria encaminhar o processo para análise das Câmaras Técnicas competentes, visando a oitiva das partes interessadas, bem como assegurando o atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na análise documental, constata-se, às fls. 27, o encaminhamento dado pelo Secretário do CBHSF do processo, em 28 de outubro de 2004, para as Câmaras Técnicas de Plano, Programas e Projetos e de Outorga e Cobrança para:

- a) apresentação de cronograma físico de atividades que envolverá a análise da representação que suscitou conflito de uso das águas da bacia hidrográfica do rio São Francisco, no prazo de 30 dias;
- b) análise, oitiva das partes envolvidas e emissão de parecer técnico referente à respectiva representação.

Há o registro de encaminhamento de cópia deste processo para o Sr. João Bosco Senra, Secretário Executivo do CNRH, para a Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente, para o Sr. Ciro Gomes, Ministro de Estado de Integração Nacional.

Exmo. Sr.

ANTÔNIO THOMAZ GONZAGA DA MATA MACHADO

D. D. Presidente

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS





Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
REATORIA MINERAL DE AGUAS DAS AGULHAS
PROCURADORIA



PROCURADORIA DE AGUAS DAS AGULHAS

Bole Horizonte, 20 de novembro de 2007

Senhor Presidente

Com os nossos cumprimentos

Em atendimento ao MEMO nº 03/2007-VI/CA de 14 de novembro de 2007, de lavra do Sr. Diretor de Meio Ambiente, para a realização de estudos complementares acerca do processo de licenciamento ambiental para a implantação de Usina das Águas das Agulhas em Minas Gerais.

Tais o presente processo de licenciamento ambiental de Usina das Águas das Agulhas em Minas Gerais, bem como pelo Plano de Manejo da Usina das Águas das Agulhas em Minas Gerais.

O objeto da análise por esta Procuradoria é o processo de licenciamento ambiental para a implantação de Usina das Águas das Agulhas em Minas Gerais, bem como pelo Plano de Manejo da Usina das Águas das Agulhas em Minas Gerais.

De acordo com a Deliberação CBHSE nº 19, de 17 de outubro de 2004, em seu artigo 2º, estabelece que a Diretoria Executiva do CBHSE deverá encaminhar o processo para análise das Câmaras Técnicas competentes, visando a emitir parecer técnico, bem como assegurando o atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na análise documental, realizada em 08/11/07, o encaminhamento dado pelo Conselho do CBHSE do processo de licenciamento ambiental para a Usina das Águas das Agulhas em Minas Gerais, bem como pelo Plano de Manejo da Usina das Águas das Agulhas em Minas Gerais, é o seguinte:

- a) apresentação de documentos técnicos de atividades que envolvem a análise de licenciamento ambiental, que suscitem conflito de uso das águas da bacia hidrográfica do rio São Francisco, no prazo de 30 dias;
- b) análise técnica de pareceres emitidos e emissão de parecer técnico referente à respectiva licenciamento.

Em razão do registro de encaminhamento, bem como deste processo para o Sr. João Bosco Gomes, Diretor Executivo do CBHSE, para a Sr. Maria Sílvia, Diretora de Estado do Meio Ambiente, para o Sr. Celso Gomes, Diretor de Estado de Inspeção Nacional.

Bole Horizonte, 20 de novembro de 2007
ANTÔNIO THOMAS GONÇAGA DA MATA MACHADO
Diretor Presidente
Comitê de Meio Ambiente do Rio São Francisco
Belo Horizonte - Minas Gerais





Registro, contudo, que este encaminhamento não realiza qualquer solicitação de manifestação e/ou fixa prazo para tal ato. Apenas dá ciência aos interessados quanto à existência do processo.

Foi apresentado pelas Câmaras Técnicas envolvidas o Cronograma de Ações a serem adotadas, que foi aprovado pela Diretoria do CBHSF.

Após a tentativa de contratação de consultoria externa para auxiliar na condução do processo, as Câmaras Técnicas, em razão da ausência desse suporte técnico, elaborou novo Cronograma de Ações.

Após manifestação das Coordenações das Câmaras Técnicas envolvidas, às fls. 53 do processo, foi recomendado o encaminhamento para a Câmara Técnica Institucional Legal - CTIL, do CBHSF, uma vez que possui relação com a matéria e o assunto em discussão.

A CTIL, em Dezembro de 2005, ao analisar o processo remetido, elaborou o Parecer CTIL/CBHSF-001/2005, que, em larga síntese, assim opina:

- a) Que deverá ser seguido o rito previsto na Lei Federal n.º 9.784/99, que trata do Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
- b) Que, apesar de previsto na lei e nos despachos contido no processo, ainda não foi assegurada a ampla defesa e o contraditório;
- c) Que a matéria é de tamanha magnitude que requer a oitiva não só dos diretamente envolvidos, como da sociedade em geral.

Assim, as medidas que necessitam ser adotadas para regularização processual são:

- 1) Elaboração de um novo Cronograma de Ações definido prazos e ações a serem adotadas, tais como: oitiva dos interessados, audiências públicas, pareceres técnicos, etc;
- 2) Encaminhamento de cópia de todo o processo para os Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, fixando o prazo legal para manifestação acerca do Conflito de Uso suscitado;
- 3) Retorno do processo, após a manifestação dos interessados ou decorridos esse prazo *in albis*, para emissão dos Pareceres Técnicos das Câmaras envolvidas;
- 4) Encaminhamento do processo, ao término de sua instrução, para decisão, pelo CBHSF, quanto ao Conflito de Uso suscitado.

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais dúvidas e outros esclarecimentos, quando se fizerem necessários.

Atenciosamente,


BRENO ESTEVES LASMAR
Procurador-Chefe



As medidas que necessitam ser adotadas para regularização processual são:

1) Encaminhamento do processo ao término de sua instrução para decisão pelo CBHSE, quanto ao Conflicto de Uso suscitado.

2) Retorno do processo, após a manifestação dos interessados ou decorridos esse prazo, no âmbito das Câmaras Técnicas, para a manifestação acerca do Conflicto de Uso suscitado.

3) Encaminhamento de cópia de todo o processo para o Ministério do Meio Ambiente e da Intervenção Nacional, ficando o prazo legal para manifestação acerca do Conflicto de Uso suscitado.

4) Encaminhamento de um novo Programa de Ações Definido, prazos e regras a serem adotadas, tais como: oitiva dos interessados, audiências públicas, pareceres técnicos, etc.

5) Assim, as medidas que necessitam ser adotadas para regularização processual são:

a) Que a matéria e de elevada magnitude que requer a oitiva não só dos interessados envolvidos, como da sociedade em geral.

b) Que apesar de previsto na lei e nos despachos contidos no processo, ainda não foi assegurada a ampla defesa e o contraditório.

c) Que deverá ser seguida a lei prevista na Lei Federal nº 9.784/99, que trata do Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

d) Que o processo foi encaminhado para a Câmara Técnica Institucional Federal - CTFI do CBHSE, uma vez que houve relatório com a matéria e o assunto em discussão.

e) A CTFI, em Dezembro de 2005, ao analisar o processo em questão, elaborou o Parecer CTFI/2005/0017005, que em síntese assim opina:

Assim, as medidas que necessitam ser adotadas para regularização processual são:

1) Encaminhamento do processo ao término de sua instrução para decisão pelo CBHSE, quanto ao Conflicto de Uso suscitado.

2) Retorno do processo, após a manifestação dos interessados ou decorridos esse prazo, no âmbito das Câmaras Técnicas, para a manifestação acerca do Conflicto de Uso suscitado.

BRENO ESTEVES LAMAR
Procurador-Chefe

Atenciosamente,



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM
Vice Diretoria Geral IGAM



MEMO Nº13/2007/VDG


Belo Horizonte, 14 de novembro 2007

Breno Esteves Lasmar
Procurador -IGAM

Senhor Procurador,

Na condição de membro da CTIL do CBHSF queira V. Sa. examinar o processo 001/2004, do CBHSF, que se refere ao "Conflito de Uso das Águas do Rio São Francisco" representação do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco. Suas conclusões irão instituir procedimento do Dr. Antônio Thomaz G. da Mata Machado, presidente do CBHSF a quem o processo deverá ser encaminhado.

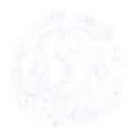
Atenciosamente,


Geraldo José dos Santos
CCR- Alto S. Francisco

*Recebido em
14/11/07,
às 12:00 hrs*



Gov. do Estado de Minas Gerais
Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SISEMA
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM
Vice-Diretoria Geral IGAM



RECIBO DE RECEBIMENTO

Belo Horizonte, 14 de novembro 2007

Bráulio Sérgio de Lencastre
Presidente IGAM

Caro Provedor,

Em cumprimento do membro da CTR do CBHSF, que se refere ao "Conflito de Uso das Águas do Rio São Francisco", representação do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco. Suas conclusões não instituíram o procedimento do Dr. Antônio Thomas G. da Mata. Portanto, presidente do CBHSF a quem o processo deverá ser encaminhado.

Atenciosamente,


Bráulio Sérgio de Lencastre
Presidente IGAM

Caro Bráulio
14/11/07
15:00 hrs



CBHSF

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001

SINTESE DA REUNIÃO DA DIRETORIA COLEGIADA

Dia: 25 de agosto de 2006

Horário: 9 às 12 horas

Local: Av. Prudente de Moraes, 1.671, 5º andar, Santa Lúcia.

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD
Belo Horizonte - MG.

Participantes: José Carlos Carvalho, Luis Carlos Fontes, Yvonilde Medeiros, Edison Ribeiro dos Santos, Rômulo Leão da Silva, José Holanda Neto, Thomas Mata Machado.

Convidados: Hugo Pereira de Jesus Filho, José Ronaldo Pereira Lopes, Paulo Teodoro de Carvalho, Cláudio Pereira, Rita Santos, Geraldo Santos.

Pauta

1. Informes
2. Avaliação da IX e X Plenária Ordinária do CBHSF que teve como Tema: "Gestão Integrada: Sustentabilidade Econômica e Ambiental da Bacia do rio São Francisco";
3. Encaminhamentos, Deliberações e Moções;
4. Apresentação da programação para a realização de reuniões, seminários e oficinas temáticas;
5. Condução dos trabalhos contratados: TDR's, Licitações e Produtos;
6. Documento Síntese do Plano Decenal;
7. Agenda e recursos financeiros até dez/2006;
8. O que ocorrer:

Obs: Foi pedido inversão de pauta entre os itens: 3, 4 e 5 pela Secretária Executiva e houve consenso.

Unidade Central

☒ BAHIA: Avenida Prof. Magalhães Neto, nº1450, Ed. Millenium Empresarial,

SL 1203 – Bairro Pituba - CEP: 41.810-012 – Salvador – Bahia *

☎ (71) TEL/FAX: 3341 - 3559 / 3341-9370 /3341-3562 / 3272-9710

E-mail: secretariasalvado@cbhsaofrancisco.org.br

Unidade do Alto

☒ MINAS GERAIS: Rua Carijós nº 150 - 10º andar Bairro Centro CEP 30.120-060 – Belo Horizonte -MG

☎ TEL.: (31) 3212-6806 / FAX: 31-3212-6837

DAS DISCUSSÕES DE PAUTA TEMOS:

1 - Informe:

- ✓ Denúncias sobre: monocultura de eucalipto na região do Rio Grande, construção da Barragem no município Pão de Açúcar, construção de uma Usina Nuclear com utilização das águas do São Francisco para o resfriamento;
- ✓ Em encontro do Presidente do CBHSF Dr. José Carlos Carvalho com o Ministro do Supremo Tribunal Dr. Sepúlveda Pertence ele disse "o Supremo vai julgar apenas a legalidade do processo de Transposição", "o argumento é político e não jurídico", o "CBHSF deve reforçar os seus argumentos jurídicos e intensificar a mobilização para ganhar a causa" diz o Presidente Dr. José Carlos Carvalho.
- ✓ Posse da Diretoria do CBH Salitre afluente do São Francisco na Bahia, dia 29 de agosto;
- ✓ A Comissão de Diálogo da Sociedade Civil e o Governo terão reunião dia 28/08 em Brasília, o representante do Comitê será o Sr. Edison Ribeiro dos Santos;

2 - Avaliação da IX e X Plenárias do CBHSF:

Foi informada ao Presidente do CBHSF a avaliação feita sobre a última Plenária do Comitê destacando-se os seguintes pontos: pouco produtivo a realização das reuniões de Câmaras Técnicas, em antecedência a Plenária; deve ser repensado o período das reuniões plenárias – menos elástico – no máximo dois dias; priorizar as discussões e deliberações em ato contínuo, ou seja – não deixar as deliberações e os encaminhamentos para o último dia; atentar para o pouco compromisso de alguns membros – se ausentando antes das principais discussões – evitar a programação com término previsto para a sexta-feira, organização da pauta da plenária deve ser discutida com a CTAI, ponto positivo da plenária foi a participação dos representantes dos rios afluentes.

3 - Condução dos trabalhos contratados: TDR's, Licitações e Produtos:

Foi apresentado o conteúdo das TDRs e dos produtos esperados com a contratação de um consultor e uma empresa para respectivamente, trabalharem proposições técnicas em relação à Agência de Bacia e a Cobrança pelo uso da Água. Este trabalho, no que se refere à TDR de cobrança deve ser acompanhado por um GT composto por representantes dos Órgãos Gestores – técnicos da área de outorga e/ou dos que já compõem a CTOC. Esta proposta foi feita pela CTAI em reunião no dia anterior. Houve uma observação com relação ao texto colocado na TDR de Cobrança com referência ao método de irrigação e os usos externos. Após essas observações foram aprovadas as TDRs pela Diretoria Colegiada.

Para garantir celeridade do processo, a aprovação dos Planos de Trabalhos dos consultores não dependerá de reuniões de diretoria. Todos os membros da diretoria colegiada que quiserem acompanhar o processo farão diretamente através de e-mail com a Secretaria Executiva. Foi estipulado um prazo de 2 (dois) dias para encaminhamento das sugestões a SECEX. Não obtendo respostas dentro do prazo estipulado, a Secretaria Executiva do CBHSF - Yvonilde Medeiros decidirá sobre a aprovação dos referidos Planos sem que haja necessidade de nova reunião de diretoria colegiada para tal finalidade.



4 - Programação para a realização de reuniões, seminários e oficinas temáticas;

A programação de realização de reuniões, seminários e oficinas temáticas foi apresentada a todos por meio de cronograma e serão realizadas duas oficinas por CCR's, tendo como foco a discussão da Agência de Bacia e a Cobrança pelo o Uso da Água Bruta. Na primeira oficina o público será composto, sobretudo, dos membros do Comitê. Valorizar-se-á uma abordagem didática buscando a maior compreensão dos temas, favorecendo a definição de uma estratégia de ação a ser desenvolvida a posteriori no âmbito da região. A segunda reunião terá o público ampliado, incluindo, especialmente, os principais usuários da bacia na região. As reuniões contarão com o apoio da Secretária Executiva do Comitê Salvador/BA, sendo que o conteúdo da primeira será apresentado pela Professora Yvonilde Medeiros. Esta prevista a realização de duas oficinas temáticas, uma para os principais usuários de toda a bacia sobre o tema Cobrança da água bruta e Agência de Bacia, e outra com o tema Vazão Ecológica. Deverão ser convidados Sr. Chicão ou Sr. Moretti para a oficina de agência e cobrança.

5 - Deliberações e Moções;

Foi feita leitura e discussão das deliberações e moções. As deliberações sobre a instituição da cobrança e a criação da Agência da Bacia foram aprovadas ad referendum, por todos os presentes, ficando a SECEX encarregada de fazer pequenas alterações na redação final.

6 - Documento Síntese do Plano decenal

Quanto ao Documento "Síntese Executiva do Plano Decenal da Bacia" que a ANA vem divulgando, foram apresentados pareceres elaborados por técnicos da CTIL e CTOC, e com base nestes, a Diretoria Colegiada deliberou pela sistematização de um único documento, o qual será encaminhado a Diretoria da ANA, solicitando a suspensão da divulgação do documento.

7 - Agenda e recursos financeiros até dez/2006

Yvonilde Medeiros informou a Diretoria Colegiada que no dia anterior juntamente com Rosana Garjulli - ANA e Cláudio Pereira - UAR/SSA construíram uma planilha com projeções financeiras para gastos com mobilização e manutenção até março de 2007. Esta planilha será encaminhada a ANA com pedido de aditivo para do convenio ANA-SRH/BA. O valor desta planilha é de R\$427.000,00 (quatrocentos e vinte e sete mil reais).

Pontos incluídos na pauta:

(i) Processo de Conflito de Uso

O parecer do Conflito de Uso já se encontra devidamente instruído, e a pedido do presidente do CBHSF, foi enviado ao depto jurídico do IGAM através de Dr. Paulo Teodoro, para um melhor entendimento e esclarecimento de alguns procedimentos necessários. Desta forma, a Diretoria Colegiada, solicitou análise e pareceres finais das CT's: CTOC e CTPP, para os encaminhamentos pertinentes, a partir da divulgação do edital de ciência; minuta das notificações aos implicados entre outros procedimentos. Caso não haja

impedimento legal fica "aprovado a publicação de edital e a instauração do processo para apurar o Conflito de Uso".

(ii) Plenárias do CBHSF

Após breves discussões e entendimentos sobre as questões administrativas e financeiras, integração com os Comitês de rios afluentes e a inviabilidade de ocorrência do evento no mês de dezembro, em Brasília, decidiu-se pela transferência de local da próxima Plenária do Comitê marcada para os dias 06 e 07 de dezembro de 2006, para a cidade de Belo Horizonte – MG.

DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

1. A SECEX deve solicitar junto a Câmara Técnica CTIL e CTPPP, a elaboração de procedimento padrão para formalizar as denúncias recebidas pelas CCRs e de como proceder diante dessas denúncias;
2. A Diretoria do Comitê deve solicitar a ANA, CHESF, ANEEL e IBAMA pronunciamento oficial sobre o licenciamento, uso dos recursos hídricos e a produção de energia na Bacia;
3. Reunião com a Diretoria da CHESF e a do CBHSF sendo agendada com data provável para dia 26 de setembro em Recife, sobre responsabilidade de Geraldo Santos;
4. Enviar correspondência parabenizando o CBH Salitre pela posse dos membros e eleição da diretoria;
5. Deve ser constituído um GT (grupo de trabalho) composto por representantes dos Órgãos Gestores – técnicos da área de outorga e/ou representantes dos órgãos gestores estaduais que integram a CTOC, para participar das reuniões de acompanhamento e supervisão dos produtos dos estudos de cobrança;
6. No plano de trabalho apresentado referente a TDR de Cobrança, deve-se adequar o texto para incluir ao método de irrigação e aos usos externos;
7. Os planos de trabalhos dos consultores referentes à Agência e Cobrança serão aprovados pela Secretária Executiva do CBHSF - Yvonilde Medeiros, após consulta através de e-mail aos membros da diretoria colegiada que terão prazo de 2 (dois) dias para encaminhamento das sugestões. Não obtendo respostas dentro do prazo estipulado, Yvonilde decidirá sobre a aprovação dos referidos planos sem que haja necessidade de nova reunião de diretoria colegiada para tal finalidade;
8. Indicar os nomes para quem as moções se referem para serem assinadas e enviadas;
9. Manter o conteúdo das deliberações na forma em que foram aprovadas na X Plenária acatando as reivindicações da CTIL somente no que se refere ao formato jurídico;
10. Corrigir numeração das deliberações: nº 29 dos indígenas, nº 30 da Agência e nº 31 de Cobrança;



11. Deve ser feita uma síntese dos três pareceres feitos por técnicos sobre o Plano Decenal do CBHSF e este será encaminhado ao presidente da ANA pelo presidente do Comitê (Geraldo e Célia Fróes);
12. A síntese do Plano Decenal deve ser reeditada para distribuição ou o CBHSF fará uma versão síntese para nova edição;
13. Encaminhar imediatamente ofício aos coordenadores das Câmaras Técnicas de Cobrança e Outorga - CTOC e a de Planos Programas e Projetos – CTPPP, solicitando o parecer técnico referente ao Processo de Conflito de Uso de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
14. Aguardar consulta jurídica ao IGAM antes da Presidência encaminhar ofício de notificação ao Processo de Conflito de Uso de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco para: ANA, IBAMA, MI e MMA.
15. A próxima Plenária do CBHSF será em Belo Horizonte nos dias 6 e 7 de dezembro de 2006.



Augusto Horácio
Chefe de Gabinete
GENERAL

1. A seguir o Plano Decenal deve ser redigida para distribuição em 12 partes para uma
revisão interna para nova edição.

2. Encaminhar imediatamente ofício aos coordenadores das Câmaras Técnicas de
Lobos e Outros - CLO e a de Planos Programáticos e Projetos - CTPP, visando
a serem feitas reuniões no processo de Conflicto de Uso da Água de São
Francisco do Rio São Francisco.

3. Fazer um ofício junto ao ICAM sobre a Presidência encaminhar ofício de
notificação ao processo de Conflicto de Uso da Água da Bacia Hidrográfica do Rio São
Francisco para ANA, IBAMA, AMAM, MMA.

4. A próxima Reunião do CBHSF será em São Francisco nos dias 2 e 3 de dezembro de
2001.



[Opções](#)

[E-mail](#) [Endereços](#) [Agenda](#) [Bloco de notas](#)

[Verificar e-mail](#) [Escrever](#)

[Buscar no Yahoo! Mail](#) [Buscar na web](#)

Seu calular na moda Toques GRÁTIS!

Pastas [\[Adicionar - Editar\]](#)

- [Entrada](#)
- [Rascunho](#)
- [Enviadas](#)
- [Em massa](#) [\[Limpar\]](#)
- [Lixeira](#) [\[Limpar\]](#)
- Minhas pastas** [\[Ocultar\]](#)
- [Estágio](#)
- [Regimento Interno](#)

Atalhos para buscas

- [Minhas fotos](#)
- [Meus anexos](#)

Viaje de graça com o TAM Itacard.

Empregos? 200 mil anúncios aqui.

Tudo do Yahoo! a um clique.

Nike Shox NZ Aproveite! R\$219,90.

[Anterior](#) | [Próxima](#) | [Resultados da busca](#)

[Apagar](#) [Responder](#) [Encaminhar](#) [Transferir](#)



[Imprimir](#)

Mensagem não sinalizada. [\[Sinalizar - Marcar como não lida\]](#)

Data: Mon, 23 Oct 2006 14:59:09 +0000 (GMT)
De: "silvana sandes tosta" <silvanatostacbhsf@yahoo.com.br> [Adicionar endereço](#)
Assunto: Convocatória para reunião CTOC - 06 de Novembro de 2006
Para: "Altamirano Lordello" <alordelo@srh.ba.gov.br>

Cc: "Renilda Souza" <renilda.souza@yahoo.com.br>, "Renilda Souza" <rgsouza@seplan.se.gov.br>, "Rafael Nacif" <rnacif@fiemg.com.br>, "Sergio Pitti" <sergio.pitti@aiba.com.br>, "Simone Rosa" <simonerosa@sectma.pe.gov.br>, "Sonali Cavalcanti" <sonali@chesf.gov.br>, "Valter Vilela" <vlfaria@copasa.com.br>, "Valter Cunha" <valter.cunha@copasa.com.br>, "Altamirano Lordello" <vazlordello@yahoo.com>, "Valéria Faria" <vfarialho@embasa.ba.gov.br>, "Marcelo Deus" <mdeus@cemig.com.br>, "Douglas Falção" <dfalcao@chesf.gov.br>, "Antonio Dantas" <ecarvalho@embasa.ba.gov.br>, "Flavia Barros" <flavia.barros@ana.gov.br>, "Iolanda Naressi" <iolanda@control.com.br>, "Célia Fróes" <celia.froes@igam.mg.gov.br>, "Célia Fróes" <celia@igam.mg.gov.br>, "Wagner Soares Costa" <costasw@fiemg.com.br>, joana.andrade@igam.mg.gov.br, fatima.gouvea@copasa.com.br, vvieira@agrovale.com, mcasfora@itep.br, marcelob@deso-se.com.br, secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br, claudio.pereira@ana.gov.br

Prezados (as) membros da CTOC:

Segue abaixo e em anexo, a convocatória para reunião CTOC a realizar-se no dia 06 de novembro (segunda-feira), na Secretaria Executiva do CBHSF, Salvador/Ba, com início às 9 horas.

Informamos que nesta reunião, será apresentado por Patrick Thomas (ANA) um estudo parcial (~ 75% deste estudo está concluído), visando a cenarização para a implantação de Agência (estudo de viabilidade). Nesta reunião, serão discutidos os parâmetros que venham a dar condições a conclusão do referido estudo.

É imprescindível que os senhores (as) confirmem presença com antecedência.

Ficamos a disposição para esclarecimentos.

Att.

Silvana Sandes Tosta
 Coordenação e Suporte Técnico - CBHSF

A Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco convoca os seus membros para a Reunião Ordinária da CTOC, a realizar-se nos dias 06 de novembro de 2006, às 9 horas, na Secretaria Executiva do CBHSF, na cidade de Salvador/Ba.

Ao receber a presente convocatória, favor entrar em contato com a Secretaria Executiva do CBHSF, através da Sra. Silvana Tosta (silvanatostacbhsf@yahoo.com.br), pelos telefones/fax: 71-3341 3559 / 9370 com a maior brevidade possível, com o fim de confirmar sua presença ou a impossibilidade do seu comparecimento, para que o membro suplente possa ser convocado.

Nesta reunião ordinária serão abordados os seguintes pontos:

1. Leitura e aprovação da Ata da última reunião CTOC;
2. Eleição de nova Coordenação da CTOC;
3. Apresentação do andamento dos Termos de Referência de Agência, Cobrança, Vazão Ecológica e Oficinas;
4. Planejamento e acompanhamento do plano de trabalho para a consultoria sobre cobrança;
5. Preparativos para a XI e XII Reuniões Plenárias;
6. Instituição de Grupo de Trabalho para a elaboração de parecer técnico a cerca do processo de Conflito de Uso na Bacia do Rio São Francisco;
7. O que ocorrer

Atenciosamente,

Altamirano Vaz Lordello
 Coordenador da CTOC

O Yahoo! está de cara nova. Venha [conferir!](#)

Anexos

Arquivos:

- [of_321_06_Convocat_ria_CTOC.doc](#) (33k) [Busque e Salve no seu computador](#)
- [ATA_CTOC_15.06.2006.doc](#) (33k) [Busque e Salve no seu computador](#)

[Apagar](#) [Responder](#) [Encaminhar](#) [Transferir](#)

[Salvar texto da mensagem](#) | [Cabeçalhos](#)

[Anterior](#) | [Próxima](#) | [Resultados da busca](#)

[Verificar e-mail](#) [Escrever](#)

[Buscar no Yahoo! Mail](#) [Buscar na web](#)

- Assunto: [Assunto]
- De: [Assunto]
- Para: [Assunto]
- CC: [Assunto]
- Assunto: [Assunto]
- De: [Assunto]
- Para: [Assunto]
- CC: [Assunto]
- Assunto: [Assunto]
- De: [Assunto]
- Para: [Assunto]
- CC: [Assunto]



Assunto: [Assunto]

De: [Assunto]

Para: [Assunto]

CC: [Assunto]

Prezados (as) membros do CTOC

Segue abaixo a em anexo a convocatória para reunião CTOC a realizar-se no dia 08 de novembro (quarta-feira) na Secretaria Executiva do CBHSF, Salvadoria, com início às 9 horas.

Assunto: [Assunto]

De: [Assunto]

Para: [Assunto]

CC: [Assunto]

A Câmara Técnica de Outorga e Controle de Recursos Hídricos do Rio São Francisco encontra-se em reunião para a Reunião Ordinária do CTOC a realizar-se nos dias 08 de novembro de 2011, às 9 horas, na Secretaria Executiva do CBHSF, na cidade de Salvadoria.

Assunto: [Assunto]

De: [Assunto]

Para: [Assunto]

CC: [Assunto]

Assunto: [Assunto]

De: [Assunto]

Para: [Assunto]

CC: [Assunto]

Assunto: [Assunto]

De: [Assunto]

Para: [Assunto]

CC: [Assunto]

1
2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA – CTOC**Data:** 06 de novembro de 2006**Local:** Secretaria Executiva do CBHSF, Salvador - BA,**PARTICIPANTES:**

Poder Público Estadual (IGAM/MG): Joana Angélica Resende de Andrade, membro suplente;
Poder Público Estadual (SRH/BA): Altamirano Vaz Lordello Neto, membro titular e coordenador;
Poder Público Estadual (SECTMA/PE): Simone Rosa da Silva, membro titular;
Poder Público Estadual (SEPLAN/SE): Renilda Gomes de Souza, membro titular;
Setor Usuário (CHESF): Douglas Falcão Wanderley, membro titular;
Setor Usuário (FIEMG): Rafael Nacif, membro suplente;
Setor Usuário (AIBA): Sérgio Pitt, membro suplente;

FALTAS JUSTIFICADAS:

Setor Usuário (COPASA/MG): Valter Vilela Cunha, membro titular;
Setor Usuário (CEMIG): Marcelo de Deus Melo, membro titular;
Sociedade Civil (ABAS/MG): Maria de Fátima Guimarães Gouvêa, membro titular;
Sociedade Civil (ITEP/PE): Marcelo Cauás Asfora, membro titular;

AUSENTES:

Setor Usuário (Pessoa Física/PE): Iolanda Weiss Naressi, membro titular;
Sociedade Civil (ABAS/BA): Luis Rogério Bastos Leal, membro titular;

CONVIDADOS:

Patrick Thomas – Agência Nacional de Águas
Flávia Barros – Agência Nacional de Águas
Cláudio Pereira – Unidade Administrativa Regional/Salvador – Agência Nacional de Águas
Yvonilde Medeiros – SECEX/CBHSF

RELATORIA

Silvana Sandes Tosta, responsável pela Coordenação e Suporte Técnico / CBHSF

PAUTA

Leitura e aprovação da Ata da última reunião CTOC;
Eleição de nova Coordenação da CTOC;
Apresentação do andamento dos Termos de Referência de Agência, Cobrança, Vazão Ecológica e Oficinas
Planejamento e acompanhamento do plano de trabalho para a consultoria sobre cobrança
Preparativos para o XI e XII Reuniões Plenárias
Instituição de Grupo de Trabalho para a elaboração de parecer técnico a cerca do processo de Conflito de Uso na Bacia do Rio São Francisco
O que ocorrer.

ASSUNTOS DISCUTIDOS

A ata foi lida, recebendo sugestão de alteração de Simone Rosa, no que se refere à inclusão de cronograma de atividades. Altamirano Lordello colocou a sua impossibilidade de continuar na coordenação da CTOC, reiterando posicionamento assumido na última reunião desta Câmara. Por estar com um quorum de membros titulares reduzido, ficou decidido que esta eleição será realizada na próxima reunião da CTOC. Ainda com relação a esse ponto, no período da tarde, ficou acordado que Simone Rosa, atual Secretária da CTOC, assumiria a Coordenação, enquanto a eleição para novo Coordenador não ocorresse. Flávia Barros fez a apresentação do andamento dos Termos de Referência de Agência, Cobrança, Vazão Ecológica e Oficinas. Explicitou que a contratação de Maria Luiza Granziera, consultora selecionada para os estudos de Agência, deverá ocorrer até o dia

Unidade Central☒ **BAHIA:** Avenida Prof. Magalhães Neto, nº1450, Ed. Millenium Empresarial,

SL. 1203 – Bairro Pituba - CEP. 41.810-012 – Salvador – Bahia

☎ (71) TEL/FAX: 3341 - 3559 / 3341-9370 / 3341-3562 / 3272-9710

E-mail: secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br**Unidade do Alto**☒ **MINAS GERAIS:** Rua Carijós nº 150 - 10º andar Bairro Centro CEP 30.120-060 – Belo Horizonte -MG

☎ TEL.: (31) 3212-6806 / FAX : 31-3212-6837



52 10 de novembro e que a contratação da empresa que desenvolverá os estudos de cobrança, deverá
53 ocorrer entre final de novembro, início de dezembro; nas duas situações, não haverá tempo hábil
54 para a elaboração de produtos e respectivas apresentações destes, na segunda rodada de reuniões
55 das Câmaras Consultivas Regionais (CCR's). Foi estabelecido entre os presentes, que as reuniões
56 das CCR's deverão ser adiadas, com futuras datas a serem definidas entre janeiro e fevereiro de
57 2007. Também foi colocado que o consultor selecionado para a elaboração do estado da arte de
58 Vazão Ecológica/elaboração de TDR, foi o Robson Sarmento e que o mesmo estará enviando
59 proposta de plano de trabalho por e-mail. Todos os consultores selecionados terão até março para
60 apresentarem produtos de seus trabalhos, já que houve a prorrogação do PROÁGUA. Simone Rosa
61 ressalta a importância dos órgãos gestores, principalmente o de Pernambuco, ser informado da
62 ocorrência das reuniões das CCR's e afirma que a SECTMA não foi informada da ocorrência da
63 primeira rodada de reuniões das CCR's. Patrick Thomas fez a apresentação da versão preliminar do
64 Estudo Prognóstico sobre a Viabilidade Econômico-Financeira para a Criação da Agência da Bacia
65 do Rio São Francisco. Afirma que, tem em vista as experiências de implementação da cobrança nas
66 bacias dos rios Paraíba do Sul e PCJ, é pouco provável que haja condições de aprovar de forma
67 definitiva os mecanismos e valores de cobrança para o Rio São Francisco na Plenária de dezembro,
68 em Belo Horizonte. Foi ressaltado que o valor de 4 L/s, definido pela Deliberação CBHSF nº 5, de 02
69 de outubro de 2003, como sendo de uso de pouca expressão na calha do São Francisco, é um valor
70 considerado alto e que precisa ser revisto. Após explanação, os seguintes pontos foram acordados:
71 os mecanismos de simulação de cobrança serão os mesmos aplicados a Comitê do PCJ e o Paraíba
72 do Sul, sendo que o $K_{consumo}$ será 0,8 (valor estabelecido pelo Plano Diretor de Recursos Hídricos da
73 Bacia do Rio São Francisco) e o $K_{agropec}$ será 0,05; os valores de cobrança seguirão diretrizes
74 definidas para o Paraíba do Sul (Captação de água bruta: R\$ 0,01/m³; Consumo de água bruta: R\$
75 0,02/m³; Lançamento de carga orgânica – DBO_{5,20}: 0,07 Kg; Transposição: R\$ 0,015/m³), porém sem
76 considerar a progressividade. No estudo, deverá ser considerado o potencial de arrecadação com a
77 transposição seguindo 3 cenários: cenário 1 (vazão mínima de 26,4 m³/s), cenário 2 (vazão média
78 entre 26 e 55 m³/s) e cenário 3 (vazão pico entre 55 e 114 m³/s). No que se refere às demandas
79 hídricas, ficou estabelecido que será utilizado as estimativas de demanda adotadas no Plano de
80 Bacia, atualizadas pelos dados de cadastro (CNARH) e outorga, quando disponíveis e consolidados.
81 No que se refere a definição de dominialidade de usos, acatou-se a sugestão da ANA onde deve-se
82 considerar a localização do uso quando disponível (cadastro e outorga). Quando não houver
83 localização (coordenadas) disponível, considerar como uso em rios de domínio da União: as
84 demandas dos municípios cujas sedes estiverem localizadas a até 5 km dos rios federais (para os
85 setores de saneamento (urbano) e industrial) e as demandas dos municípios que são cruzados por
86 rios federais (para os setores de irrigação e criação animal). Ressalta-se que para o setor
87 saneamento (rural), deve-se considerar toda demanda como estadual e que os rios federais são
88 aqueles classificados no hidro-referenciamento na escala do milionésimo, com áreas de contribuição
89 de cada trecho calculadas por equidistâncias entre os trechos de curso d'água. A divisão hidrográfica
90 a ser considerada na simulação de potencial de arrecadação serão as unidades de planejamento e
91 gestão adotadas pelos Estados que compõem a Bacia, agregando aquelas com área inferior a 3000
92 Km², assim serão 29 unidades hidrográficas após o referido agrupamento. Visando dar
93 acompanhamento aos estudos desenvolvidos pela ANA, coordenados por Patrick Thomas, em 27 de
94 novembro, na cidade de Salvador, haverá uma reunião extraordinária da CTC. Far-se-á consulta
95 aos membros desta Câmara, quanto a possibilidade de ocorrência desta reunião no dia 23 e, frente a
96 agenda do Presidente do CBHSF, José Carlos Carvalho, a possibilidade de ocorrência de reunião da
97 Diretoria Colegiada em 28 de novembro, na cidade de Belo Horizonte. Yvonilde Medeiros ressalta a
98 importância de que o plano de trabalho da empresa a ser contratada para os estudos de cobrança
99 inclua usos externos a Bacia e afirma que a Diretoria Colegiada do CBHSF irá avaliar se vale a pena
100 apresentar as escalas de transposição. Cláudio Pereira está fazendo uma estimativa de orçamento
101 para a Agência do São Francisco. Foi apresentado a programação de atividades para a XI e XII
102 reuniões plenárias, ressaltando a participação de Patrick Thomas, Maria Luiza Granzieira e a
103 empresa de cobrança, apresentando o produto parcial dos estudos desenvolvidos até então. Quanto
104 ao processo de conflito de uso, foi instituído o seguinte grupo de trabalho (GT): Simone Rosa, Joana
105 Angélica e Renilda Souza. Foram entregues quatro cópias do processo, sendo que uma cópia foi
106 repassada para Joana Angélica, outra a Douglas Falcão e as outras duas cópias, entregue a Simone



107 Rosa e Renilda Gomes. Simone Rosa compromete-se em repassar cópia para Marcelo Asfora;
108 Joana Angélica, em repassar para Fátima Gouvêa, Rafael Nacif, Valter Vilela e Marcelo de Deus;
109 Renilda Gomes, em repassar para Marcelo Batista. Silvana Tosta irá repassar o e-mail de cada um
110 dos membros supra citados aos membros do GT, juntamente com o ofício emitido pelo Presidente do
111 CBHSF e dirigido a CTOC, pedindo um parecer a cerca do processo de conflito de uso. Na próxima
112 reunião CTOC, o grupo de trabalho irá se posicionar quanto a resposta a ser dada ao ofício recebido.
113 Foi comunicado aos presentes, o andamento da Oficina de Vazão Ecológica e a Oficina de Usuários,
114 ressaltando a importância de participação dos mesmos nos referidos eventos.

115 **RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS**

116 Afastamento de Altamirano Lordello da coordenação da CTOC;
117 Simone Rosa assume a coordenação, enquanto não há eleição de novo coordenador;
118 Previsão de eleição de novo coordenador para a próxima reunião da CTOC;
119 Adiamento da segunda rodada de reuniões das CCR's;
120 Reunião extraordinária da CTOC em 27 de novembro, na cidade de Salvador;
121 Definição de parâmetros para os estudos desenvolvidos pela equipe técnica da ANA, coordenados
122 por Patrick Thomas;
123 Inclusão de usos externos a Bacia, no plano de trabalho da empresa de consultoria a ser contratada;
124 Criação de um GT para análise do processo de conflito de uso.

125
126 **ATA APROVADA NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 27/11/2006**

127
128 **SIMONE ROSA DA SILVA**
129 **COORDENADORA**

130
131 **SILVANA SANDES TOSTA**
132 **RELATORIA**

Seu celular na moda
Toques GRÁTIS!

Pastas [Adicionar - Editar]

- Entrada
- Rascunho
- Enviadas**
- Em massa [Limpar]
- Lixeira [Limpar]
- Minhas pastas** [Ocultar]
- Estágio
- Regimento Interno

Atalhos para buscas

- Minhas fotos
- Meus anexos

Viaje de graça com o TAM Itaucard.

Quer novos desafios? Vai pra Cathol

Tudo do Yahoo! a um clique.

Agora Invista com a gente.

Anterior | Próxima | Resultados da busca

Apagar | Responder | Encaminhar | Transferir

Mensagem não sinalizada. [Sinalizar - Marcar como não lida] Imprimir

Data: Tue, 14 Nov 2006 20:11:58 +0000 (GMT)

De: "silvana sandes tosta" <silvanatostacbhsf@yahoo.com.br> Adicionar endereço

Assunto: Convocação para Reunião CTOC em 27 de Novembro

Para: "Simone Rosa" <simonerosa@sectma.pe.gov.br>

Cc: "Altamirano Lordello" <alordelo@srh.ba.gov.br>, "Altamirano Lordello" <vazlordello@yahoo.com>, "Célia Frões" <celia.froes@igam.mg.gov.br>, "Célia Froes" <celia@igam.mg.gov.br>, "Joana Angélica Resende de Andrade" <joana.andrade@igam.mg.gov.br>, "Marcelo Deus" <mdeus@cemig.com.br>, "Valéria Faria" <vfaria@cemig.com.br>, "Douglas Falção" <dfalcao@chesf.gov.br>, "Sonalí Cavalcanti" <sonali@chesf.gov.br>, "Wagner Soares Costa" <costasw@fiemg.com.br>, "Rafael Nacif" <rnacif@fiemg.com.br>, "Valter Vilela" <spam@copasa.com.br>, "Valter Cunha" <valter.cunha@copasa.com.br>, "Fabíma Gouvea" <fabima.gouvea@copasa.com.br>, "Antonio Dantas" <ecarvalho@embasa.ba.gov.br>, "Sergio Pitt" <sergio.pitt@aiba.com.br>, "Vinicius Vieira" <vvieira@agrovale.com>, "Marcelo Asfora" <mcasfora@itep.br>, "Marcelo Asfora" <mcasfora@yahoo.com.br>, "Iolanda Naressi" <iolanda@contrel.com.br>, "Iolanda Naressi" <iolanda@frutihall.com.br>, "Renilda Souza" <renilda.souza@yahoo.com.br>, "Renilda Souza" <rgsouza@seplan.se.gov.br>, "Marcelo Batista" <marcelob@deso-sa.com.br>, "patrick@ana.gov.br", "Flavia Barros" <flavia.barros@ana.gov.br>, "Cláudio Pereira" <claudio.pereira@ana.gov.br>, "Yvonilde Medeiros" <yvmedeiros@terra.com.br>, "CBHSF" <secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br>

Prezados (as) membros da CTOC,

Segue abaixo e em anexo, convocatória para a reunião CTOC de 27 de novembro. Pedimos a fineza de atestar recebimento deste e-mail e confirmação de presença, o mais rápido possível.

Att.

Silvana Sandes Tosta
Coordenação e Suporte Técnico - CBHSF

A Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco convoca os seus membros para a Reunião Extraordinária da CTOC, a realizar-se nos dias 27 de novembro de 2006, às 9 horas, na Secretaria Executiva do CBHSF, na cidade de Salvador/Ba.

Ao receber a presente convocatória, favor entrar em contato com a Secretaria Executiva do CBHSF, através da Sra. Silvana Tosta (silvanatostacbhsf@yahoo.com.br), pelos telefones/fax: 71-3341 3559 / 9370 com a maior brevidade possível, com o fim de confirmar sua presença ou a impossibilidade do seu comparecimento, para que o membro suplenete possa ser convocado.

Nesta Reunião Extraordinária serão abordados os seguintes pontos:

1. Leitura e aprovação da Ata da última reunião CTOC;
2. Eleição de nova Coordenação da CTOC;
3. Apresentação dos estudos preliminares referentes à cobrança na Bacia do Rio São Francisco (Patrick Thomas – ANA);
4. Discussão dos dados apresentados;
5. Definição das estratégias para discutir a cobrança na Oficina dos Usuários e na Plenária do Comitê;
6. Definição da CTOC quanto a emissão de parecer do processo de conflito de uso – GT conflito de uso
7. O que ocorrer

Atenciosamente,

Simone Rosa da Silva
Coordenadora da CTOC

Você quer respostas para suas perguntas? Ou você sabe muito e quer compartilhar seu conhecimento? Experimente o [Yahoo! Respostas!](#)

Anexos

Arquivos:

Ata_CTOC_06Nov.doc (43k)	Busque e Salve no seu computador
Of_344_06_Reuni_o_Extraordin_ria_CTOC.doc (27k)	Busque e Salve no seu computador

Apagar | Responder | Encaminhar | Transferir

[Salvar texto da mensagem](#) | [Cabecalhos](#)



Handwritten notes and stamps at the top right of the page.

Main body of text, appearing to be a list or report with several lines of illegible text.

Vertical text on the right side of the page, possibly a list of items or a column of data.

Text at the bottom left of the page, partially obscured and illegible.

Text block in the lower middle section of the page.

Large block of text in the lower half of the page, containing several lines of illegible text.

Text at the bottom of the page, including what appears to be a signature or name.

Final lines of text at the very bottom of the page, including a date and possibly a reference number.

1
2

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA – CTOC

3
4
5
6
7

Data: 27 de novembro de 2006

Local: Secretaria Executiva do CBHSF, Salvador - BA

8
9
10

PARTICIPANTES:

11
12
13
14
15
16

Poder Público Estadual (IGAM/MG): Joana Angélica Resende de Andrade, membro suplente;
Poder Público Estadual (SRH/BA): Altamirano Vaz Lordélio Neto, membro titular e coordenador;
Setor Usuário (CHESF): Douglas Falcão Wanderley, membro titular;
Setor Usuário (AGROVALE): Alberto Cavalcante Brandão, representante de membro suplente;
Setor Usuário (AIBA): José Cisino M. Lopes, representante de membro titular;
Sociedade Civil (ITEP/PE): Marcelo Cauás Asfora, membro titular

17

FALTAS JUSTIFICADAS:

18
19
20
21
22
23

Setor Usuário (CEMIG): Marcelo de Deus Melo, membro titular;
Setor Usuário (FIEMG): Wagner Soares Costa, membro titular;
Setor Usuário (COPASA): Valter Vilela Cunha, membro titular;
Poder Público Estadual (SECTMA/PE): Simone Rosa da Silva, membro titular;
Poder Público Estadual (SRH/SE): Renilda Gomes de Souza, membro titular;
Sociedade Civil (ABAS/MG): Maria de Fátima Guimarães Gouvêa, membro titular;

24

AUSENTES:

25
26

Setor Usuário (Pessoa Física/PE): Iolanda Weiss Naressi, membro titular;
Sociedade Civil (ABAS/BA): Luis Rogério Bastos Leal, membro titular;

27

CONVIDADOS:

28
29
30
31

Patrick Thomas – Agência Nacional de Águas
Flávia Barros – Agência Nacional de Águas
Cláudio Pereira – Unidade Administrativa Regional/Salvador – Agência Nacional de Águas
Yvonilde Medeiros – SECEX/CBHSF

32

RELATORIA

33

Silvana Sandes Tosta, responsável pela Coordenação e Suporte Técnico / CBHSF

34

PAUTA

35
36
37
38

Leitura e aprovação da Ata da última reunião CTOC;
Eleição de nova Coordenação da CTOC;
Apresentação dos estudos preliminares referentes à cobrança na Bacia do Rio São Francisco (Patrick Thomas – ANA);

39

Discussão dos dados apresentados;

40

Definição das estratégias para discutir a cobrança na Oficina dos Usuários e na Plenária do Comitê;

41

Definição da CTOC quanto a emissão de parecer do processo de conflito de uso – GT conflito de uso

42

O que ocorrer

43

ASSUNTOS DISCUTIDOS

44

A ata da reunião anterior foi lida, recebendo propostas de alteração de José Cisino, Patrick Thomas e Joana Angélica. Em seguida, deu-se início ao processo de eleição de nova Coordenação CTOC. Silvana Tosta explicou que, de forma interina, a Secretária da CTOC, Simone Rosa, estaria assumindo a Coordenação desta e que a mesma deixou claro a sua impossibilidade de participação nas reuniões em 2006, em função do processo de contenção de gastos do governo pernambucano. Altamirano salientou a sua impossibilidade de assumir a coordenação e afirmou que um membro do setor usuário era que deveria assumir esta função. A AIBA demonstrou interesse em assumir a Coordenação da CTOC. Silvana Tosta explicou que, no presente momento, a AIBA é membro

45

46

47

48

49

50

51

Unidade Central

☒ BAHIA: Avenida Prof. Magalhães Neto, nº1450, Ed. Millenium Empresarial,

SL. 1203 – Bairro Pituba - CEP. 41.810-012 – Salvador – Bahia

☎ (71) TEL/FAX: 3341 - 3559 / 3341-9370 /3341-3562 / 3272-9710

E-mail: secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br

Unidade do Alto

☒ MINAS GERAIS: Rua Carijós nº 150 - 10º andar Bairro Centro CEP 30.120-060 – Belo Horizonte -MG

☎ TEL.: (31) 3212-6806 / FAX: 31-3212-6837



Conselho Superior de Recursos Humanos do Rio São Francisco

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA - CTOC

21 Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC, realizada em 27 de novembro de 2009.

22 Local: Secretaria Executiva do CBHRS, Salvador, BA.

23 PARTICIPANTES:

24 Presidente: José Antônio de Jesus (AIBA);

25 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

26 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

27 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

28 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

29 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

30 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

31 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

32 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

33 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

34 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

35 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

36 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

37 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

38 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

39 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

40 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

41 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

42 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

43 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

44 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

45 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

46 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

47 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

48 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

49 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

50 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

51 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

52 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

53 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

54 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

55 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

56 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

57 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

58 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

59 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

60 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

61 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

62 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

63 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

64 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

65 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

66 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

67 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

68 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

69 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

70 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

71 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

72 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

73 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

74 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

75 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

76 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

77 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

78 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

79 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

80 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

81 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

82 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

83 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

84 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

85 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

86 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

87 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

88 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

89 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

90 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

91 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

92 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

93 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

94 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

95 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

96 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

97 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

98 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

99 Membros Titulares: Wagner Borges Costa (AIBA);

100 Membros Suplentes: Wagner Borges Costa (AIBA);

101 Assessoria Jurídica: Wagner Borges Costa (AIBA);

102 Assessoria Técnica: Wagner Borges Costa (AIBA);

103 Assessoria Financeira: Wagner Borges Costa (AIBA);

104 Assessoria de Gestão: Wagner Borges Costa (AIBA);

105 Assessoria de Comunicação: Wagner Borges Costa (AIBA);

106 Assessoria de Relações Públicas: Wagner Borges Costa (AIBA);

107 Assessoria de Marketing: Wagner Borges Costa (AIBA);

108 Assessoria de Planejamento: Wagner Borges Costa (AIBA);

109 Assessoria de Avaliação: Wagner Borges Costa (AIBA);

110 Assessoria de Controle: Wagner Borges Costa (AIBA);

111 Assessoria de Auditoria: Wagner Borges Costa (AIBA);

112 Assessoria de Segurança: Wagner Borges Costa (AIBA);

113 Assessoria de Meio Ambiente: Wagner Borges Costa (AIBA);

114 Assessoria de Saúde e Segurança: Wagner Borges Costa (AIBA);

115 Assessoria de Tecnologia: Wagner Borges Costa (AIBA);

116 Assessoria de Inovação: Wagner Borges Costa (AIBA);

117 Assessoria de Sustentabilidade: Wagner Borges Costa (AIBA);

118 Assessoria de Qualidade: Wagner Borges Costa (AIBA);

119 Assessoria de Ética: Wagner Borges Costa (AIBA);

120 Assessoria de Governança: Wagner Borges Costa (AIBA);

121 Assessoria de Conformidade: Wagner Borges Costa (AIBA);

122 Assessoria de Risco: Wagner Borges Costa (AIBA);

123 Assessoria de Compliance: Wagner Borges Costa (AIBA);

124 Assessoria de Anticorrupção: Wagner Borges Costa (AIBA);

125 Assessoria de Proteção de Dados: Wagner Borges Costa (AIBA);

126 Assessoria de Privacidade: Wagner Borges Costa (AIBA);

127 Assessoria de Segurança da Informação: Wagner Borges Costa (AIBA);

128 Assessoria de Resiliência: Wagner Borges Costa (AIBA);

129 Assessoria de Continuidade de Negócios: Wagner Borges Costa (AIBA);

130 Assessoria de Recuperação de Desastres: Wagner Borges Costa (AIBA);

131 Assessoria de Planejamento Estratégico: Wagner Borges Costa (AIBA);

132 Assessoria de Análise de Mercado: Wagner Borges Costa (AIBA);

133 Assessoria de Inteligência de Negócios: Wagner Borges Costa (AIBA);

134 Assessoria de Desenvolvimento de Negócios: Wagner Borges Costa (AIBA);

135 Assessoria de Parcerias Estratégicas: Wagner Borges Costa (AIBA);

136 Assessoria de Mergulhos e Aquisições: Wagner Borges Costa (AIBA);

137 Assessoria de Fusões e Aquisições: Wagner Borges Costa (AIBA);

138 Assessoria de Estratégias de Expansão: Wagner Borges Costa (AIBA);

139 Assessoria de Estratégias de Entrada em Mercado: Wagner Borges Costa (AIBA);

140 Assessoria de Estratégias de Diferenciação: Wagner Borges Costa (AIBA);

141 Assessoria de Estratégias de Liderança: Wagner Borges Costa (AIBA);

142 Assessoria de Estratégias de Defesa: Wagner Borges Costa (AIBA);

143 Assessoria de Estratégias de Ataque: Wagner Borges Costa (AIBA);

144 Assessoria de Estratégias de Neutralização: Wagner Borges Costa (AIBA);

145 Assessoria de Estratégias de Alinhamento: Wagner Borges Costa (AIBA);

146 Assessoria de Estratégias de Sinergia: Wagner Borges Costa (AIBA);

147 Assessoria de Estratégias de Sinergização: Wagner Borges Costa (AIBA);

148 Assessoria de Estratégias de Sinergização: Wagner Borges Costa (AIBA);

149 Assessoria de Estratégias de Sinergização: Wagner Borges Costa (AIBA);

150 Assessoria de Estratégias de Sinergização: Wagner Borges Costa (AIBA);



52 suplente desta Câmara, não podendo por tanto regimentalmente, assumir a referida Coordenação.
53 Explicou ainda que o titular EMBASA, não se fez presente a nenhuma reunião desta Câmara em
54 2006. Diante o exposto, foi acordado entre os presentes, que a AIBA assumiria a titularidade em
55 lugar da EMBASA e que na próxima reunião com quorum suficiente, a AIBA será referendada na
56 coordenação da CTOC. Em seguida, deu-se a apresentação dos estudos desenvolvidos no âmbito
57 da ANA, através do Patrick Thomas. Ficou acordado que a apresentação a ser feita na plenária em
58 Belo Horizonte, deverá ser acrescido os valores correspondentes a três diretores da Agência de
59 Água ou Entidade Delegatária, com salários equivalentes aos pagos no PCJ e um especialista em
60 recursos hídricos. José Cisino explicita o seu descontentamento com a inclusão no estudo, dos três
61 cenários referentes ao Programa de Integração de Bacias do Rio São Francisco. Acha que deve
62 apenas constar o que foi acordado na Plenária de Juazeiro (só valor referente a dessedentação),
63 sugere que se leve em consideração apenas o primeiro cenário, acha o trabalho de suma
64 importância, mas pede a Diretoria do CBHSF que se atente ao fato de como apresentar estes
65 estudos em Plenária. Ficou acordado que os ajustes seriam feitos, apresentados primeiro a Diretoria
66 do CBHSF para depois serem apresentados à Plenária, da mesma forma que a apresentação a ser
67 feita na Oficina de Usuários, conteria experiências anteriores referentes ao tópico, "cobrança de uso
68 de recursos hídricos" e não abordaria diretamente o conteúdo da presente apresentação. Yvonilde
69 Medeiros pede que se acresça ao estudo, uma outra simulação contendo qual o impacto que haveria
70 sobre a Agência do São Francisco, caso as Agências de Água Mineiras venham a ser constituídas e
71 salienta que atualmente, não há no Brasil, nem cobrança e nem Agência em rios da apenas da
72 União. Patrick Thomas afirma que esta simulação já tem como ser feita e Altamirano Lordello
73 compromete-se em colaborar com os dados referentes à Bahia, incluindo a hipótese de Agência de
74 Água Baianas. Yvonilde Medeiros explica a programação da Oficina de Usuários e pergunta a
75 CTOC, qual será o melhor arranjo, quando da divisão em grupos: por segmento ou por estado? A
76 CTOC prefere que seja por segmento. Patrícia Maia explica como alguns estados usam a
77 compensação financeira (Pernambuco, Bahia, São Paulo) e salienta que este valor não pode ser
78 gasto com pagamento de pessoal. Após discussão, foi levantando uma questão: como ter uma
79 Agência Única sem tirar a autonomia dos Estados? Não se chegou a um consenso, quanto a
80 resposta a essa questão e Altamirano Lordello propõe que se estabeleça um acordo com os Estados
81 para que estes repassem às Agências, cerca de 2%, do valor recebido pela compensação financeira.
82 Em seguida, Silvana Tosta esclarece o procedimento assumido pela CTIL, frente ao processo de
83 conflito de uso e explica o porquê deste, ser um ponto de pauta na reunião CTOC. Ficou acordado
84 que a SECEX enviará a Altamirano Lordello uma cópia do processo, cabendo a este fazer uma
85 análise referente à questão ambiental. O IGAM fará uma análise referente à parte financeira e o
86 ITEP, dará contribuições referentes às questões quantitativas e de outorgas. José Cisino sugere que
87 alguém assuma a relatoria deste processo, não chegando à conclusão pelos presentes, de quem
88 faria este papel. Em contrapartida, as instituições envolvidas nesta análise, procurarão abordar
89 basicamente aspectos quantitativos e qualitativos da água, além dos aspectos financeiros.

90 **RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS**

- 91 . AIBA assume titularidade na representação da CTOC;
- 92 . AIBA é candidata à coordenação desta Câmara;
- 93 . Ao estudo desenvolvido pela ANA, acrescer pagamento a três diretores e um especialista em
94 recursos hídricos, no mesmo patamar pago pelo PCJ;
- 95 . Não apresentação dos três cenários referentes a transposição;
- 96 . Fazer simulação do impacto que outras Agência de Águas criariam sobre a Agência do São
97 Francisco;
- 98 . Estabelecimento de um acordo de repasse financeiro entre Estados e Agência de Água, referente a
99 compensação financeira;
- 100 . Constituição de um grupo de trabalho para análise do processo de conflito de uso: SRH/BA, IGAM
101 e ITEP

102
103 **ATA APROVADA NA REUNIÃO ORDINÁRIA, EM XX/XX/2007**

104 **ALTAMIRANO VAZ LÔRDELLO NETO**
105 **COORDENADOR EM EXERCÍCIO**
106



ATA APROVADA DA REUNIÃO COM MARIA EM XX XX0000
AL TAMBÉM VAS LORELLIO NETO
COORDENADOR EM EXERCÍCIO

1. O grupo de trabalho para o ano 2000 do Conselho de Administração...
2. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
3. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...

4. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
5. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
6. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
7. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
8. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
9. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
10. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
11. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
12. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
13. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
14. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
15. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
16. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
17. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
18. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
19. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...
20. O Conselho de Administração aprova o plano de trabalho para o ano 2000...

107
108
109

SILVANA SANDES TOSTA
RELATORIA



Página 3



UNIT 280
PLANTORIA

100
100
100





ATA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS - CTPPP

Data: 19 de outubro de 2006

Local: Sala de reuniões (cobertura) do Edifício Millenium Empresarial, Salvador - BA,

PARTICIPANTES:

Setor Usuário (CHESF): Douglas Falcão, representante de membro titular;
Setor Usuário (COMPESA/PE): Ângela Sotero Bacelar, membro titular;
Poder Público Estadual (IGAM/MG): Luíza de Marillac Camargo, membro titular;
Poder Público Estadual (SEMARH/SRH/BA): João Batista, membro suplente;
Poder Público Estadual (SECTMA/PE): Normando Carvalho, membro titular.
Sociedade Civil (Projeto Manuelzão/MG): Carlos Bernardo M. Alves, membro titular e coordenador;
Sociedade Civil (ABES/BA): Emiliano José S. Santiago, membro titular;
Sociedade Civil (UFBA/BA): Yvonilde Dantas Pinto Medeiros, membro suplente;
Sociedade Civil (CEFET/SE): Cícero Marques dos Santos, membro suplente;

FALTAS JUSTIFICADAS:

Setor Usuário (EMBASA/BA): Zilda Maria Lima Machado, membro titular;
Sociedade Civil (UFAL/AL): Cleuda Custódio Freire, membro titular;

AUSENTES:

Poder Público Estadual (SEMARH/BA): Isaac Góes de Queiroz, membro titular;
Setor Usuário (AIBA/BA): Eduardo Salles, membro titular;
Setor Usuário (SAAE/Pirapora/MG): Hélder Freire Cardoso, membro titular;

CONVIDADOS

Não houve

RELATORIA

Secretaria Executiva (CBHSF): Silvana Sandes Tosta

PAUTA

Leitura e aprovação da Ata da última reunião CTPPP;
Homologação da indicação de Coordenação da CTPPP;
Apresentação do andamento dos Termos de Referência de Agência, Cobrança, Vazão Ecológica e Oficinas;
Organização e Estruturação da Oficina de Vazão Ecológica;
Preparativos para a XI e XII Reuniões Plenárias;
Instituição de Grupo de Trabalho para a elaboração de parecer técnico a cerca do processo de Conflito de Uso na Bacia do Rio São Francisco;

O que ocorrer

ASSUNTOS DISCUTIDOS

A Ata da 5ª Reunião da CTPPP foi lida e aprovada, com a sugestão de alteração de formato como o definido pela CTIL (Câmara Técnica Institucional e Legal). Aprovada a alteração, o formato da Ata da 5ª reunião será adequado e a presente Ata já está no formato definido. Foi sugerido por Douglas Falcão que as atas, antes de serem encaminhadas à exposição no site, sejam encaminhadas a todos os membros desta Câmara. Foi aprovada a alteração da Coordenação da CTPPP (retira-se Emiliano Santiago e assume Carlos Bernardo Mascarenhas Alves). Yvonilde Medeiros fez explanações sobre o andamento dos TDR's de Agência, Cobrança e Vazão Ecológica. O andamento do Termo de Referência (TDR) para contratação de empresa para apoiar a realização de oficina sobre Vazão Ecológica Aplicada à Bacia do Rio São Francisco foi exposto por Silvana Sandes Tosta. Estão definidos o local (Maceió) e a data (24 e 25 de novembro), com participação dos membros titulares

Unidade Central

☒ BAHIA: Avenida Prof. Magalhães Neto, nº1450, Ed. Millenium Empresarial,
SL. 1203 - Bairro Pituba - CEP. 41.810-012 - Salvador - Bahia
☎ (71) TEL/FAX: 3341 - 3559 / 3341-9370 / 3341-3562 / 3272-9710
E-mail: secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br

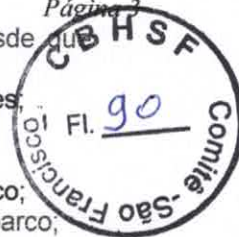
Unidade do Alto

☒ MINAS GERAIS: Rua Carljós nº 150 - 10º andar Bairro Centro CEP 30.120-060 - Belo Horizonte -MG
☎ TEL.: (31) 3212-6806 / FAX : 31-3212-6837

52 das Câmaras Técnicas, palestrantes e possíveis convidados, desde que estes últimos custeiem suas
53 próprias despesas e haja disponibilidade de vagas. Os convidados, tanto palestrantes quanto
54 participantes externos, serão indicados pela CTPPP e houve sugestão de se verificar candidatos a
55 convidados nas Atas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Os seguintes nomes
56 foram sugeridos como palestrantes: Robson Sarmento, Walter Colishon, Luciano Meneses; também
57 sugeriu-se que Almir Cirilo, Valdir Duarte e Raimundo Garrido, fossem convidados como forma de
58 enriquecer as discussões sobre o tema. Os temas a serem abordados na Oficina de Vazão Ecológica
59 são: (1) Base conceitual; (2) Metodologias – definição de parâmetros e critérios; (3) Exemplos
60 práticos (“cases”); (4) Estado de arte do tema “Vazões Ecológicas” – versão preliminar, a ser
61 apresentada pelo consultor contratado; (5) Tentativa de definição da aplicabilidade prática das
62 técnicas à Bacia do Rio São Francisco (área geográfica – calha, foz, afluentes e zona costeira
63 adjacente, e definição de critérios para o São Francisco); (6) Apresentação do Projeto de Rede Multi-
64 Institucional a ser submetido ao Edital MCT/CNPq/CT-Hidro nº 045/2006; (7) Apresentação, pelo
65 consultor contratado, de resumo preliminar do conteúdo da Oficina (apanhado geral) que será a base
66 para a elaboração de Termo de Referência, visando a execução dos estudos indicados. Criou-se uma
67 comissão para a escolha dos nomes de convidados, indicar os palestrantes, moderador e
68 encaminhamentos referentes à Oficina. Essa comissão é formada por Luíza de Marillac Camargo,
69 Emiliano Santiago e Cícero Marques dos Santos. Foi sugerida (com a ressalva de 1 membro da
70 CTPPP – Cícero Marques), a alteração para dois dias de reunião em substituição da visita à foz do rio
71 (que seria no segundo dia), a fim de possibilitar mais tempo de discussão, desde que haja
72 possibilidade legal junto ao financiador (Pró-Água / ANA) e interesse da empresa contratada. A
73 SECEX ficou encarregada de fazer as duas consultas. Foi detectada uma falha no Edital para
74 contratação da Oficina prevê a viagem à Foz, mas não está previsto o aluguel de embarcação. O
75 representante da Companhia Energética do São Francisco (CHESF), Douglas Falcão, se dispôs a
76 consultar a Companhia sobre a possibilidade de disponibilizar (alugar) o catamaran para a visita à
77 foz. Ângela Bacelar propôs que fosse visto frente a CASAL, indicação para a moderação da Oficina
78 de Vazão Ecológica. No item alteração de Regimento Interno do CBHSF, Ângela Bacelar questiona
79 quando que se dará posse ao suplente da COMPESA. Este questionamento será enviado a CTIL
80 para que a COMPESA possa se estruturar quanto a futura indicação. Yvonilde Medeiros esclareceu
81 que nas reuniões plenárias, duas deliberações deverão ser aprovadas, basicamente: alteração do
82 Regimento Interno e a criação da Agência do São Francisco. Foram apresentadas as pautas das
83 próximas Reuniões Plenárias (Ordinária e Extraordinária). Em relação aos preparativos para as
84 referidas reuniões, foram apresentadas duas opções de pauta, considerando-se que haverá no dia
85 anterior a Oficina de Usuários e seus membros poderiam participar das discussões sobre cobrança. A
86 CTPPP optou pela proposta de programação de Reunião Plenária na qual primeiramente ocorre a
87 Plenária Extraordinária, visando discussão de Regimento Interno, para em seguida ocorrer a Plenária
88 Ordinária, com foco em cobrança e Agência. Em resposta ao Ofício nº 226/06, da Presidência do
89 CBHSF, cujo objeto é a elaboração de parecer técnico sobre Conflitos de Uso de Águas na Bacia
90 Hidrográfica do Rio São Francisco, foi repassado todo o material disponível para quatro membros da
91 CTPPP: Carlos Bernardo M. Alves, Ângela Sotero Bacelar, Luíza de Marillac Camargo e João Batista.
92 Estes membros discutirão o material nas duas próximas reuniões (em Maceió – Oficina de Vazões
93 Ecológicas e em Belo Horizonte – Plenária CBHSF). Ofício desse encaminhamento da CTPPP será
94 enviado à Presidência do CBHSF. No item “o que ocorrer”, Normando Carvalho (SECTMA-PE) foi
95 conduzido ao cargo de Secretário (Coordenador Adjunto) da CTPPP. Sugeriu-se contato com
96 Thomaz da Mata Machado para que este indique a suplência da representação do segmento
97 Sociedade Civil/Minas Gerais na CTPPP (através de Carlos Bernardo Mascarenhas Alves), da
98 mesma forma que, a partir de janeiro, sugere-se envio de correspondência às instituições que têm
99 representação nesta Câmara, visando a confirmação da respectiva representação.

100 **RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS**

- 101 Uso do formato CTIL para as atas da CTPPP;
- 102 Homologação de Carlos Bernardo Mascarenhas Alves como Coordenador da CTPPP;
- 103 Eleição de Normando Carvalho como Secretário (Coordenador Adjunto) da CTPPP;
- 104 Envio das atas aos membros da CTPPP, após aprovação das mesmas, antes de serem expostas no
- 105 site do CBHSF;



- 106 Não membros de Câmaras Técnicas podem participar da Oficina de Vazão Ecológica, desde que
107 custeiem seus gastos e que hajam vagas disponíveis;
108 Sugestões de nomes para palestrantes: Robson Sarmento, Walter Colishon e Luciano Meneses;
109 Sugestões de nomes para convidados: Almir Cirilo, Valter Duarte e Raimundo Garrido;
110 Definição dos tópicos estruturais da Oficina de Vazão Ecológica;
111 Indicação para dois dias de discussão e supressão da visita técnica à Foz do Rio São Francisco;
112 Identificação de falha no edital para contratação da Oficina de Vazão Ecológica: ausência de barco;
113 Indicativo da possibilidade, frente CHESF, em ceder barco para a visita a Foz, sob responsabilidade
114 de Douglas Falcão;
115 Constituição de um Grupo de Trabalho visando à estruturação da Oficina de Vazão Ecológica,
116 composta por Luiza de Marillac, Emiliano Santiago e Cícero Marques;
117 Opção pela proposta de ocorrência da Reunião Plenária Extraordinária antes da Plenária Ordinária;
118 Retorno da CTIL se a COMPESA deverá indicar o seu suplente;
119 Constituição de um Grupo de Trabalho visando à análise do processo de conflito de uso, composta
120 por Carlos Bernardo Mascarenhas Alves, Ângela Bacelar, João Batista e Luíza de Marillac;
121 Retorno deste referido grupo quanto ao posicionamento CTPPP frente o tema, durante a Oficina de
122 Vazão Ecológica e Plenárias;
123 Indicativo de suplência a representação mineira no segmento Sociedade Civil, por Thomaz da Mata
124 Machado, com contato sendo feito por Carlos Bernardo Mascarenhas Alves;
125 Preparo e envio de ofício da CTPPP à Presidência do CBHSF, dando retorno quanto ao processo de
126 conflito de uso;

127

128

129

ATA APROVADA NA 7ª REUNIÃO, EM XX/XX/2006

130

131

**CARLOS BERNARDO MASCARENHAS ALVES
COORDENADOR E RELATOR**

132

133

**SILVANA SANDES TOSTA
SUB-RELATORIA**

134

135

136



**À DIRETORIA EXECUTIVA E AOS MEMBROS DO COMITÊ DE BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**

Nós, pescadores e pescadoras do Rio São Francisco e de seus afluentes, exercendo atividade de pesca artesanal nas mais diversas localidades desta importante Bacia Hidrográfica, vimos, ante esse importante Órgão, na qualidade de usuários, assim classificados pela Lei de Recursos Hídricos 9433/97 e pelo Regimento Interno deste Comitê, solicitar a nossa inclusão como parte autora do CONFLITO DE USO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO PARA O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO, já suscitado perante este Comitê pelas entidades da sociedade civil que integram o Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco da Bahia, pelas razões que passamos a expor:

Inicialmente cabe reiterar todos os fundamentos apresentados na petição que foi protocolada perante este Órgão Colegiado pelo Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco, sendo desnecessário repetir todos os motivos ali aduzidos. Cabe, entretanto, reiterar algumas razões mais significativas e trazer novos elementos para melhor amparar esse Comitê na sua missão de julgador do referido conflito.

Os pescadores e pescadoras da Bacia do Rio São Francisco têm atuado de forma organizada e mobilizada na salvaguarda deste importante Patrimônio Nacional que é o Velho Chico. Diversos problemas ambientais hoje afetam o São Francisco, tais como assoreamento, queimadas, desmatamentos, envenenamento das águas por agrotóxicos, lançamento de efluentes líquidos e sólidos dão conta de um grave cenário, merecendo pronta atuação dos Órgãos ambientais, do Poder Público e da sociedade.

Com este quadro de degradação ambiental já se vislumbram sérias conseqüências a toda a população brasileira, mas imediatamente os que mais sofrem com a atual degradação

*Recebido
08.10.97*



do Rio e de seus afluentes são os pescadores e os peixes. Com a construção das Barragens das Hidroelétricas, atrelados aos vetores de poluição acima identificados muito mudou. A fauna do rio já vem sendo prejudicada com perdas em quantidade e qualidade de suas espécies.

Todas as formas de vida merecem ser protegidas, devendo garantir a preservação das espécies, sendo essa uma responsabilidade do Poder Público e da sociedade. Desse modo, também merecem proteção os pescadores e pescadoras que sempre tiveram sua cultura e a sua vida atrelada ao Rio, vivendo de forma harmônica com a natureza, em interação cotidiana, de onde eram alimentados os filhos dos pescadores e pescadoras ribeirinhos com fartura de peixes necessários à satisfação apenas das necessidades e não a desperdícios.

O Rio está morrendo! Com isso se pretende denunciar que em quantidade e qualidade as águas do Rio não são mais como antes. Os peixes e demais componentes da biota já vêm desaparecendo de forma acelerada. E junto com o rio os pescadores e pescadoras também estão perdendo a sua força e qualidade de vida. Antes não tinha o desenvolvimento de hoje, mas certamente se tinha vida.

Preocupa-nos a possibilidade concreta da implantação do Projeto de Transposição por diversas razões. É importante lembrar que jamais o povo da Bacia negaria água para solidariamente compartilhar com quem passa sede. Mas o que se percebe com um pouco de atenção à proposta do Projeto é que essa água que se pretende levar não se destina ao abastecimento das comunidades que não têm acesso à água. O projeto se destina aos usos industriais, criação de camarão no Rio Grande do Norte, ao agronegócio e outras finalidades econômicas para beneficiar somente os grandes. Mais ainda, caso haja a obra não será modificado o atual quadro de falta de acesso à água das populações difusas do Nordeste.

As soluções para atender as populações que precisam ter acesso à água existem. Precisa ser garantida a democratização desse bem que é um direito de todos. Faltam

políticas de socialização da água, infra – estrutura e gestão, para tanto. As alternativas para garantir água às populações urbanas estão apresentadas no Atlas do Nordeste. E as alternativas para abastecer as populações difusas no meio rural estão mais do que indicadas pelos movimentos sociais, existindo tecnologias sociais que dão conta da questão. O que falta é vontade política de implementá-las. Podem ser citadas apenas exemplificativamente as cisternas, as barragens subterrâneas e sucessivas, as mandalas, bombas populares, dentre uma infinidade de outras técnicas que a criatividade e o conhecimento popular conseguiram apontar.

O Projeto pretende utilizar 26 m³/s mínimo, em média 63 m³/s e como vazão máxima o volume de 127m³/s. Ao contrário do que afirma o Governo Federal, essa não é uma pequena quantidade de água. Esse é um aporte significativo de água que certamente trará maiores prejuízos a Bacia do Rio São Francisco, sua fauna, sua flora e ao seu povo. O povo do São Francisco também passa sede, o que deixa claro que não basta ter o rio passando próximo para garantir acesso a água.

Atualmente, pelo Plano de Bacia do Rio São Francisco, são alocáveis 360 m³/s de água do Velho Chico para os múltiplos usos. Ocorre que já estão outorgados 335 m³/s. Com a outorga concedida para a Transposição está no limite da capacidade de outorga no Rio São Francisco, prejudicando os usos dentro da Bacia, tanto para o abastecimento humano quanto dessedentação animal, bem como para outros usos econômicos na Bacia.

Bem assim, em muito prejudicará a alocação dessas águas para a recuperação do Rio, dos peixes e do seu povo. Essa é uma verdade clara para aqueles que vivem no Rio e conhecem as suas condições.

Por todo exposto, requerem os Pescadores e Pescadoras da Bacia do Rio São Francisco que o Comitê de Bacia, arbitre o Conflito de Uso das Águas do Rio São Francisco, cumprindo com o seu papel definido no art. 38 da lei 9433/97, de forma urgente em razão de já ter sido concedida a outorga pela ANA e já estarem sendo iniciadas as obras, pleiteando que seja definido o impedimento da realização do Projeto de Transposição, pois



as águas que se destinam ao referido Projeto devem ser direcionadas aos usos internos da Bacia do Rio São Francisco, ao abastecimento dos pescadores e pescadoras e demais povos tradicionais que passam sede na beira do rio, a recuperação da fauna e da flora do rio, bem como aos usos econômicos dentro da Bacia.

Juazeiro, 26 de setembro de 2007.

Irany da Silva dos Santos	Colônia Z 41	Remanso	Irany da Silva dos Santos
João Alves Pereira	Colônia Z 49	Pilão Arcado	João Alves Pereira
Litercílio Pereira Nonato	Colônia Z 49	Pilão Arcado	Litercílio Pereira Nonato
Suely dos Santos Oliveira	Colônia Z 49	Pilão Arcado	Suely dos Santos Oliveira
Adelson Barbosa dos Santos	Colônia Z 41	Remanso	Adelson Barbosa dos Santos
Laurindo José dos Santos	Colônia Z 49	Pilão Arcado	Laurindo José dos Santos
Vicente de Paulo Lopes	Colônia Z 41	Remanso	Vicente de Paulo Lopes
Pedro João de Souza	Colônia Z 23	Petrolândia	Pedro João de Souza
Maria Dolores F. dos Santos	Colônia Z 19	Piaçabuçu AL	Maria Dolores Ferreira dos Santos
Genival Anjo Santos	Colônia Z 13	Jatobá - PE	Genival Anjo Santos
Aleandra de Oliveira dos Santos	Colônia Z 19	Piaçabuçu AL	Aleandra de Oliveira dos Santos
José Jackson Barbosa da Silva	Colônia Z 23	Petrolândia PE	José Jackson Barbosa da Silva
Eufrânia Maria da Silva	Colônia Z 13	Jatobá - PE	Eufrânia Maria da Silva
Telimaria de Vasconcelos	Colônia Z 13	Jatobá - PE	Telimaria de Vasconcelos
Américo Gomes Silva	Colônia Z 27	Belém do S. Francisco	Américo Gomes Silva
Maria do Carmo da Silva	Colônia Z 19	Santa Maria da Boa Vista	Maria do Carmo da Silva
Antonia Rodrigues da Silva	Colônia Z 19	Santa Maria da Boa Vista	Antonia R. da C. Silva
José Joaquim da Silva	Colônia Z 29	Floresta	José Joaquim da Silva
Leonardo Gonçalves Oliveira	Colônia Z 29	Floresta	Leonardo G. de Oliveira
Josefa Maria da Silva Cruz	Colônia Z 19	Santa Maria da Boa Vista	Josefa Maria da Silva Cruz
Francisco de Assis Azeijo	Colônia Z 27	Baixo. S. Francisco	Francisco de Assis Azeijo



Mércia Silva Oliveira	M. F. Velho Chico	Baixo São Francisco	Mércia Silva Oliveira
José Mariano Rodrigues dos Santos	Colônia Z 41	Remanso	José Mariano Rodrigues dos Santos
Antonio Amorim dos Santos	Colônia Z 19	Piaçabuçu - AL	Antonio Amorim dos Santos
Aracy Paes de Castro	Colônia Z 43	Sento Sé - BA	Aracy Paes de Castro
Luiz Henrique da Costa	Colônia Z 23	Petrolândia - PE	Luiz Henrique da Costa
Himê Paes Landim do Nascimento	Colônia Z 43	Sento Sé -	Himê Paes Landim do Nascimento
Joaquim Vale da Silva	Ass. dos Pescadores	Sento Sé	Joaquim Vale da Silva
Maria Alice Borges da Silva	Colônia Z 60	Juazeiro	Maria Alice Borges da Silva
Walter Mares de Borges	Colônia Z 60	Juazeiro	Walter Mares de Borges
Belmiro Ribeiro de Souza	Colônia Z 42	Casa Nova	Belmiro Ribeiro de Souza
Geraldo Dias dos Santos	Colônia Z 42	Casa Nova	Geraldo Dias dos Santos
Ailton Moreira dos Santos	Colônia Z 26	Sobradinho	Ailton Moreira dos Santos
Alírio Alves Pinheiro	Colônia Z 26	Sobradinho	Alírio Alves Pinheiro
João Francisco de Barros	Colônia Z 26	Sobradinho	João Francisco de Barros
Maria José Malaquias dos Santos	Colônia Z 45	Canudos	Maria José Malaquias dos Santos
Alzení Tomáz	CPP - Art. Popular BSF	Paulo Afonso - BA	Alzení Tomáz
Severino Antonio dos Santos	CPP - NE	Olinda - PE	Severino Antonio dos Santos
Margarida Ladislau Barbosa	CPP - Dioc. Juazeiro	Sento Sé	Margarida Ladislau Barbosa
Divino Tomás da Silva	CPP - Dioc. Juazeiro	Pilão Arcado	Divino Tomás da Silva



CBHSF

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Of. nº 460/07 – CBHSF / SECEX

Salvador, 08 de novembro de 2007

A

CPP – Art. Popular Baixo São Francisco

Sra. Alzeni Tomaz

Assunto: Resposta ao Abaixo-assinado

Prezada Senhora

Informamos que o abaixo-assinado solicitando a inclusão dos pescadores artesanais como parte autora do Conflito de Uso das Águas do Rio São Francisco para o Projeto de Transposição, recebido em 08 de outubro deste, foi encaminhado a Diretoria Colegiada deste Comitê para análise.

Em reunião da Diretoria Colegiada ocorrida dia 01 de novembro, este pedido foi acatado e fará parte do processo administrativo nº 001/04.

Atenciosamente,

Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes
Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes
Secretária do CBHSF



CBHST

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Salvador, 08 de novembro de 2007

Of. nº 480/07 - CBHST / SECEX

A

CPP - At. Popular Baixo São Francisco
Sra. Aizeni Tomas

Assunto: Resposta ao abaixo-assinado

Prezada Senhora

Informamos que o abaixo-assinado solicitando a inclusão dos pescadores artesanais como parte autora do Conflito de Uso das Águas do Rio São Francisco para o Projeto de Transposição, recebido em 08 de outubro deste, foi encaminhado à Diretoria Colegiada deste Comitê para análise.

Em reunião da Diretoria Colegiada ocorrida dia 01 de novembro, este pedido foi acolhido e (até parte do processo administrativo nº 001/04).

Atenciosamente,

Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes
Secretária de CBHST



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN Trecho 02 Setor de Clubes Esportivos Norte, Ed. Sede - Brasília - DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1268 - URL: <http://www.ibama.gov.br>



Ofício nº 209/2007 - DIPRO/ IBAMA

Brasília, 01 de outubro de 2007.

Ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF

Assunto: encaminha Ofício nº 2443/CTUR6

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, encaminhamos o Ofício supracitado, de autoria do Senhor Desembargador Federal Souza Prudente, no qual solicita informações acerca da eventual conclusão do procedimento administrativo nº 001/2004, instaurado no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Atenciosamente


Marcelo Sauren Cruz
Diretoria de Proteção Ambiental
Assessor

Ao Presidente do CBHSF

Senhor ANTONIO THOMAZ GONZAGA MACHADO

Av. Professor Magalhães Neto, nº 1450, sala 1203

Ed. Milênio Empresarial - Bairro Pituba

CEP: 41.810-200

Salvador - Bahia

Recebido
24.10.07
almide

Maiel,
acompanha este
assunto e tome
ele e que este
e o assunto



Brasília, 02 de outubro de 2007

[Handwritten signature]

Ofício nº 007 - DTPRO/MS/M7

À Comissão de Itens da Habitação de Rio São Francisco - CHISF

Assunto: Licitação nº 243/07

Senhor Presidente,

Em cumprimento do compromisso assumido, encaminhamos a Vossa Senhoria, de acordo com o Edital de Licitação nº 243/07, para a aquisição de materiais de consumo de escritório, através do processo administrativo nº 243/07, realizado no âmbito do Comitê de Habitação de Rio São Francisco.

Atenciosamente,

MARCELO
Diretor de Habitação

À Comissão de Itens da CHISF
Senhor ANTONIO THOMAZ GONCALVES MACHADO
Av. Professor Maranhão Neto, nº 1454, sala 1504
Ed. Média Profissional - Bairro Pina
CEP: 41.810-200
Salvador - Bahia

Encaminhado para
for para
Ana Cotomina
Therese Theresy



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
 PCTT 092.03.008

OFÍCIO-nº2443/CTUR6

Brasília-DF, 10 de setembro de 2007.

Processo: AMS 2004.34.00.046483-4
 Processo orig.: 200434000464834
 Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 Apelado : UNIÃO FEDERAL

PROTÓCOLO
 IBAMA/DIPRO
 N.º 16465
 Data 26/09/07
 Recebido: União

Senhor Presidente,

Para fins de instrução da Apelação em Mandado de Segurança em epígrafe, solicito a V. Sa. que informe a esta Relatoria, **no prazo de 10 (dez) dias**, acerca da eventual conclusão do procedimento administrativo nº 001/2004, instaurado no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco- CBHRSF, bem como se, em caso positivo, qual o resultado alcançado.

Para melhores esclarecimentos, segue, em anexo, cópia do Despacho de fls. 750.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

Ilmo. Sr.
 Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
 IBAMA- Ed. Sede
 SAIN – Av. L4 Norte
 CEP:70000-000

Brasília- DF

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

APELAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.34.00.046483-4/DF
Processo na Origem: 200434000464834



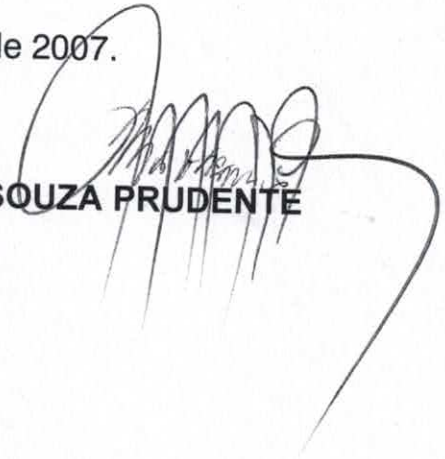
RELATOR(A) : DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR : FRANCISCO GUILHERME VOLLSTEDT BASTOS
APELADO : UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR : HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
LITISCONSORTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
ATIVO
PROCURADOR : CRISTINA RASIA MONTENEGRO

Com vistas na pretensão deduzida nestes autos, no sentido de que seja determinada a suspensão da deliberação acerca do projeto de transposição do Rio São Francisco, até que se conclua o julgamento do procedimento administrativo nº 001/2004, instaurado no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHRSF, bem assim, no decurso do lapso temporal ocorrido desde o ajuizamento do presente **mandamus**, converto o julgamento em diligência, a fim de que se oficie ao Sr. Presidente do referido Comitê, solicitando informações, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da eventual conclusão do referido julgamento, e, em caso positivo, o resultado alcançado.

Resta prejudicada, em consequência, a inclusão do presente feito, na pauta de julgamento, a que se reporta a certidão de fls. 756vº.

Publique-se. Intime-se,

Brasília-DF., em 03 de setembro de 2007.


Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
Relator



PROCURADOR : CRISTINA RAIA MONTENEGRO
ATIVO
LITISCONSORTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADOR : HÉLIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
PROCURADOR : UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR : FRANCISCO GUILHEIME VOLLSTEDT BASTOS
APRESENTANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RELAÇÃO(A) : DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

Com vistas na pretensão deduzida nestes autos, no sentido de que seja determinada a suspensão da deliberação acerca do projeto de transposição do Rio São Francisco, até que se conclua o julgamento do procedimento administrativo nº 001/2004, instruído no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHRSF, bem assim no decurso do prazo temporal devido desde o ajuizamento do presente mandamus, convido o julgamento em diligência, a fim de que se oficie ao Sr. Presidente do referido Comitê, solicitando informações, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da eventual conclusão do referido julgamento, e, em caso positivo, o resultado alcançado.

Esta providência em consequência a inclusão do presente fato, na pauta de julgamento, a que se repete a certidão de fls. 756v.

Publique-se. Intime-se.

Brasília-DF, em 03 de setembro de 2007.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Reitor